

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

ATA Nº 022

PRESIDENTE – DEPUTADO VALDIR BARRANCO

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Boa tarde a todos e todas!

Invocando a proteção divina, e, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, com o objetivo de discutir a assistência técnica, a organização da produção e a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Quero convidar para compor a mesa os nossos convidados que farão uso da palavra: o Sr. Corgésio Ribeiro Albuquerque, Secretário Adjunto de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (PALMAS); o nosso amigo Dr. Cândido Teles de Araújo, Presidente do Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso, bem-vindo (PALMAS); o Sr. Antônio Rosa Rodrigues, Chefe de Serviço do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nosso amigo Toninho Borá (PALMAS); o Sr. Rogério Monteiro Costa e Silva, Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMPAER de Mato Grosso (PALMAS); o Sr. Baltazar Ulrich, Diretor Presidente da Central de Abastecimento de Mato Grosso - CEASA (PALMAS); o nosso amigo Paulo Guilherme Cabral, Consultor do Instituto de Pesquisa da Amazônia - IPAM, nosso palestrante desta tarde de hoje (PALMAS); o nosso amigo Rodrigo Faccioni, Consultor da Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, Rodrigo seja bem-vindo, que também é nosso palestrante (PALMAS); a Sr^a Marli Aparecida Cruz da Silva, Engenheira Agrônoma, neste ato representando o Superintendente da CONAB, Sr. Petrônio de Aquino Sobrinho (PALMAS); o Sr. Cleomar José da Costa, Auditor Fiscal do Agronegócio, neste ato representando o Superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. José de Assis Guaresqui (PALMAS); nosso amigo, companheiro Adão da Silva, Secretário de Política Agrícola, neste ato representando o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso - FETAGRI, Sr. Nilton José de Macedo, bem-vindo, Adão; nosso amigo também apaixonado pela agricultura familiar, Sr. Juarez Fiel, Diretor da Secretaria de Agricultura Municipal de Cuiabá (PALMAS); Sr. Lair Mota da Silva, Presidente da EMPAER, bem-vindo, Lair (PALMAS).

Composta a mesa, convido a todos e a todas para em posição de respeito ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero registrar e agradecer a presença do Vereador Joás dos Santos Almeida, do Município de Guiratinga; do Vereador Neison Costa Lima, do Município de Campo Verde; do Vereador Gilson Francisco Silva, neste ato representando o Gabinete do nosso querido Senador Cidinho Santos; do Sr. Juliano Almeida Silva Fernandes, Coordenador da Vigilância Sanitária do Estado de Mato Grosso; da Sr^a Dorolice Moreti, Diretora Técnica e Operacional do CEASA; da Sr^a Elke Capistrano, Diretora Administrativa e Financeira do CEASA; do Sr. Edvan Luís Justiniano Ferreira, Secretário de Agricultura Familiar do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Município de Paranatinga; da Sr^a Patrícia Santos Lopes Gomes, Engenheira Agrônoma e Diretora da Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura do Município de Campo Verde; do Sr. Marcelo Soares, Assessor Técnico, neste ato representando a Secretária Municipal de Agricultura de Paranaíta; do Sr. Eduardo Rodrigues Neves, Técnico Agrícola da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres; da Sr^a Fátima de Aquino, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Poconé; do Sr. Roberto Carlos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guiratinga; do Sr. Jovenir Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres; do Sr. Nelson E. Bento, Presidente da Associação de Pequenos Produtores de Barra do Bugres, Barra do Bugres que está em peso aqui; do Sr. Miguel Francisco dos Santos, nosso companheiro Miguel, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Várzea Grande; da Sr^a Fabiana de Fátima Corrêa Barros, Técnica da Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional - FASE; do Sr. Joel de Campos Mialha, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Jangada; do Sr. José Nilo Silva Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Paranatinga; do Sr. Reginaldo Gonçalves Campos, nosso companheiro Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Campo Verde; da Sr^a Lorena Zenoss, Assessora da Secretaria Municipal da Agricultura de Acorizal; do Sr. Ademir Moura da Silva, Suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuiabá; da Sr^a Laura Cristina, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de São Benedito, do Município de Poconé, da comunidade do nosso companheiro Salvador; do Professor Dr. Pedro Kaiser, representando a Universidade Federal de Mato Grosso; da Sr^a Juliana Veloso, Consultora de Estudo de Pesquisa da Amazônia; do Sr. Jarbas de Souza Pereira, Secretário de Agricultura do Município de Planalto da Serra; agradeço também a presença da Escola Estadual Licínio Monteiro do Município de Várzea Grande, muito obrigado pela presença dos alunos e alunas; do Sr. Fernando Lima, Líder Comunitário do Bairro Novo Mundo de Várzea Grande; do Sr. Lindemberg Gomes Lima, Assessor Parlamentar, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho; da Sr^a Helen Farias Ferreira, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Várzea Grande; do Sr. Rafael Carreira, Coordenador de Agricultura do Município de Várzea Grande; da Sr^a Miguelina Martins de Sampaio, Coordenadora de Projetos Sociais da Fundação Bom Jesus de Cuiabá.

Também vi a Terezinha Rios, Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar, Economia Solidária do Estado de Mato Grosso, por favor, convido a senhora para compor a mesa; Sr. José Horácio, Assessor, representando a Secretaria de Fazenda, por gentileza, componha a mesa conosco; convido também o Sr. Gilson para a mesa, que está aqui, neste ato representando o Senador Cidinho, e o assessor Lindemberg Gomes Lima, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho.(PALMAS)

Senhoras e senhores, a presente Audiência foi requerida ouvindo os agricultores e agricultoras familiares e suas entidades representativas que diretamente trabalham na produção de alimentos nos Municípios do Estado de Mato Grosso e que necessitam de melhor assistência técnica para organizar a produção e garantir a comercialização dos produtos com maior quantidade e maior qualidade para os consumidores.

A diversificação da produção familiar é inicialmente determinada pelo caráter de subsistência. Atualmente, é clara e consciente a estratégia de redução de risco e a incerteza na produção de agricultura, ou seja, a diversificação de atividade praticada pelos pequenos produtores e familiares do Estado é uma tentativa de equilibrar o ingresso de receitas pela diversidade de produtos e fontes de renda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

A possibilidade e a viabilidade de utilizar a produção e a comercialização de produtos da agricultura familiar de modo mais significativo também são vistos como positivos por essas categorias de produtores para aumentar o valor agregado total na sua propriedade.

Nesse contexto, esses agricultores mantêm essa forma de organização produtiva diversificada no Estado, no sentido de amenizar risco na produção, ter uma garantia maior de renda, utilizar e empregar a mão de obra disponível no intuito de manter a família ali mesmo no campo, além de integrar elementos da cadeia produtiva, com assistência técnica apropriada, aumentando a possibilidade da produção. Essa integração tem como objetivo complementar as atividades agrícolas, obtendo melhores resultados, tanto econômicos quanto sociais para os produtores.

No atual contexto, é de fundamental importância organizar a produção e construir instrumentos para fortalecer a comercialização de produtos familiares no Estado de Mato Grosso.

A agricultura familiar é a principal fonte de renda e sustento de aproximadamente 130.000 famílias em Mato Grosso. No entanto, a dificuldade com assistência técnica, organização da produção e comercialização da agricultura familiar ainda coloca em risco a viabilidade da produção e a sobrevivência dos que vivem e produzem no campo.

Para tentar mudar essa realidade e incentivar o consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar, há que se trabalhar em conjunto o Poder Público e as entidades que agregam os produtores familiares, formando uma cadeia de apoio, resolutividade para as questões referentes à organização da produção com maior oferta de crédito em condições diferenciadas, buscando o aprimoramento e a desburocratização do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, permitindo maior acesso às diferentes linhas de financiamento.

A organização e divulgação de informações, discussões públicas como essas que estamos fazendo é de fundamental importância para embasar a elaboração de políticas que beneficiem os agricultores familiares, garantindo-lhes condições de aperfeiçoarem a qualidade dos produtos e colocarem no mercado com garantia de comercialização.

Atualmente, há dois programas do Governo Federal que possibilitam a comercialização dos produtos da agricultura familiar: o PENA - Programa Nacional de Alimentação Escolar, baseado na oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, e o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, que visa promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, atividades que necessitam de divulgação e organização para qualificar a participação efetiva dos agricultores familiares.

Convido a todos para discutirmos juntos, apoiarmos a agricultura familiar, desburocratizarmos o processo de produção e comercialização, permitir que o homem e a mulher que trabalham no campo – forma sagrada da existência humana no processo de lavrar a terra – possam acordar todos os dias convictos de que o suor do rosto não será perdido, que há apoio, há caminhos livres e a produção será garantida.

Em tempo, quero convidar para compor a mesa conosco, a Sr^a Fabiana Barros, que neste ato representa a FASE Mato Grosso. (PALMAS)

Vamos iniciar as nossas palestras, lembrando que nós temos tempo regimental a ser cumprido. Convido para proferir a sua palestra o Engenheiro Agrônomo Paulo Guilherme Cabral, Consultor do Instituto de Pesquisa da Amazônia - IPAN e ex-Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica Rural-ANATER, com o tema: “Assistência Técnica para a Agricultura Familiar”.

Quero agradecer-lo, Paulo Guilherme, pela disponibilidade de aceitar o nosso convite para, nesta tarde, enriquecer os nossos trabalhadores da agricultura familiar que nos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

assistem. Estamos sendo assistidos em todo o Brasil por meio da *TV Assembleia* e sendo transmitidos por meio da *Rádio Assembleia* para toda a América Latina.

Muito obrigado por ter aceitado o convite. Tenho certeza que colaborará muito com o enriquecimento do nosso conhecimento.

Convido, também, a Sr^a Juliana Aparecida para compor a mesa, neste ato representando o Banco do Brasil. É indispensável nesta mesa. É importante a presença da representante do Banco do Brasil. É lá que tem o cofre. (PALMAS)

O SR. PAULO GUILHERME CABRAL – Boa tarde a todos e todas!

Boa tarde ao Deputado Valdir Barranco e peço permissão para, em seu nome, cumprimentar todos os componentes da mesa bastante representativa.

É uma satisfação muito grande estar aqui para dialogar com os senhores, porque certamente muitas pessoas aqui têm conhecimento muito aprofundado sobre a realidade da agricultura familiar. E as pessoas que vão falar, que terão a oportunidade de se manifestarem e, depois, de perguntarem, certamente trarão outras informações que serão bastante enriquecedoras para debatermos alguns assuntos que são fundamentais, que são estruturantes para o fortalecimento da agricultura familiar em Mato Grosso.

Estou tendo uma oportunidade muito boa por meio do IPAM, prestando consultoria ao IPAM, com o Governo do Estado, com a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários e a EMPAER, de propor um novo modelo, uma forma de organização do serviço de ATER no Estado de Mato Grosso.

Quando estávamos na ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural debatemos isso com o Brasil todo. Era um novo modelo a partir da ANATER que pudéssemos dar mais efetividade, mais permanência, mais continuidade e maior qualidade ao serviço de ATER. Agora, então, estamos tendo esta oportunidade muito boa de conversar aqui com várias instituições para juntos construirmos esse modelo que venha a fortalecer o trabalho da EMPAER aqui, no Estado de Mato Grosso, com maior sinergia, maior integração com as organizações sociais.

Vou direcionar mais ao tema Assistência Técnica e Extensão Rural, mas passarei, também, de alguma forma, sobre esses outros assuntos aqui colocados.

Para começar, para refletir, para fazer uma introdução ao assunto sobre o qual vim aqui conversar com os senhores e com as senhoras, eu trouxe uma frase do José Graziano da Silva, todos nós sabemos que é um brasileiro, que é o Diretor-Geral de um órgão muito importante para a agricultura, especialmente para a agricultura familiar, que é a FAO, o órgão das Nações Unidas, que trabalha a agricultura no globo como um todo, no planeta como um todo. E o que a FAO, o que o próprio Graziano, que conhece muito da nossa realidade brasileira, muito da realidade da agricultura familiar... O que preocupa a ele que está à frente da FAO trabalhando para o fortalecimento da agricultura familiar?

Ele fez, recentemente, em fevereiro deste ano de 2017, a seguinte colocação aqui em relação à necessidade de termos uma atuação emergencial, urgente para que possamos trabalhar mais no sentido de garantir a produção de comida em várias regiões do planeta em função, principalmente, das mudanças climáticas que são uma realidade científica, hoje, já comprovada.

Alguns até não querem acreditar que o planeta está passando por mudanças do clima, mudanças climáticas, mas é algo que veio e o grau de impacto que vai causar, especialmente, sobre a produção de alimentos é muito violento. Por isso, a FAO tem se dedicado muito para que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

possamos ter maior capacidade de resistência às mudanças climáticas e conseguirmos produzir alimento em quantidade e qualidade.

O Graziano coloca que essa é uma medida urgente e que nós devemos já operar e atuar nesse sentido. E quando eu digo nós, estou querendo dizer Governo, querendo dizer também sociedade, que devemos implementar políticas públicas. Nós precisamos nos organizar desde a assistência técnica, a produção, a comercialização para que possamos, de fato, ter condições de atuar numa forma organizada e com capacidade para resolver esses problemas.

O Graziano coloca, então, como papel para a agricultura, esse cenário: “Acabar com a pobreza e a fome e contribuir para alcançar condições climáticas estáveis para que as civilizações possam prosperar”. Então, a agricultura tem esses dois papéis: tanto de produzir alimentos e com isso, também, gerar riqueza, aumentar a capacidade de gerar renda para o agricultor; e, também, contribuir para que haja uma redução da pobreza no campo e criar condições no planeta para que possamos resistir a essas mudanças climáticas.

Então, são duas grandes funções com as quais a agricultura familiar pode colaborar no cenário atual: seguir produzindo alimentos em quantidade e qualidade e contribuir, também, com o meio ambiente para que possamos ter condições de resistir a essas necessidades que virão em relação às mudanças do clima.

Em função disso, qual é o contexto que vivemos para que possamos ter uma agricultura sustentável e inclusiva, para que ela possa cumprir com essas duas funções? Uma das características, na nossa conjuntura atual, é a perspectiva de aumento populacional. O planeta está passando por um crescimento rápido. Então, imagina-se que, hoje, estamos com 7,3 bilhões de habitantes no planeta e chegaremos, em 2050, a cerca de 09 bilhões de pessoas no planeta. Isso coloca uma necessidade de se aumentar cerca de 60% a produção de alimentos. Como vamos fazer isso? Aumentando mais áreas de plantio? Desmatando mais áreas? Aí vamos criar um desequilíbrio com aquela outra função em relação ao aquecimento global.

Sabemos que a agricultura contribuiu para a emissão de gases de efeito estufa e, com isso, intensifica também a atividade de mudanças do clima. Então, essas duas ações têm que estar em equilíbrio. Nós tanto temos esse desafio de seguir aumentando a produção de alimentos como também temos que fazer isso de uma forma sustentável para estabelecer essas condições de maior resistência às mudanças climáticas.

Essas mudanças climáticas virão com a intensificação dos fenômenos naturais, muita seca ou muita chuva em períodos não muito comuns, muito concentrados, causando problemas não só no meio rural mas também muito nas áreas urbanas, que também pode comprometer a própria oferta de alimentos.

Então, essas duas situações – a necessidade de produzir mais alimentos em quantidade e em qualidade por conta do aumento populacional – têm que ser feitas de forma equilibrada também para que não provoque mais efeito estufa, mais efeito de mudança sobre o clima.

Em Mato Grosso, qual é a situação? Aqui estamos falando que são efeitos planetários, em todo planeta existe condições de ter e de se observar esses efeitos. Mato Grosso é um grande importador de alimentos. Eu peguei esse índice de 80% de uma fala do Governador na abertura da Conferência de Segurança Alimentar. Acredito que esse número seja um número muito grande comparado com outros Estados. Então, coloca uma situação de grande dificuldade para que o Estado possa superar e conseguir produzir alimentos em quantidade sempre e também em qualidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

É um Estado grande consumidor de agrotóxico. Eu peguei esse dado aqui do próprio *site* da Assembleia Legislativa, de uma matéria publicada no *site* da Assembleia Legislativa, em que o Estado de Mato Grosso, dos Estados brasileiros, é o maior consumidor de agrotóxicos. Se nós estamos falando de produção de alimentos, não é só quantidade, é qualidade também. Esse é outro fator que deve ser atendido.

Maior crescimento do PIB na última década, Mato Grosso é um Estado que cresceu muito rapidamente em relação aos demais Estados da Federação. Como esse crescimento impactou também o meio rural, especialmente à agricultura familiar? Será que a agricultura familiar também cresceu no mesmo ritmo, na mesma condição de que o agronegócio ou outros setores da economia do Estado? Será que a agricultura familiar de fato está incluída dentro da estratégia de desenvolvimento do Estado?

Essa é uma questão que traz referência em relação ao conjunto das demandas que nós precisamos apoiar para o crescimento da agricultura familiar. Mato Grosso tem cerca de 110 ou 130 mil famílias de agricultores familiares bastante diversificadas, bastante distribuídas no Estado como um todo.

O Estado de Mato Grosso é um Estado muito diferenciado, cada região é uma região. Então, não dá para generalizar uma única solução, uma única alternativa, tem que se olhar para os diversos grupos da agricultura familiar. Alguns ainda são tanto invisíveis em relação às políticas públicas, nem tudo chega aos assentados, nem tudo chega aos povos indígenas, aos pescadores, povos e comunidades tradicionais. Cada um desses grupos sociais precisa ter uma forma de tratamento, uma forma de política pública.

E há uma grande participação dos assentados, cerca de 82 mil assentados da reforma agrária. É uma grande parcela da agricultura familiar, é público da reforma agrária.

Então, falando nisso, nós temos que falar também do Governo Federal, temos que falar das políticas federais, especialmente do INCRA, que tem uma parcela de responsabilidade muito grande aqui no Estado de Mato Grosso.

A FAO, em relação a tudo isso, a todo esse cenário, aponta alguns desafios para a agricultura no âmbito do planeta e isso também traz relação, tem a ver com a nossa situação aqui.

Garantir a segurança alimentar é a grande tônica do que está sendo colocada, e novamente é preciso não só ter quantidade de alimento, mas também que esse alimento seja produzido de forma sustentável para ter esse equilíbrio em relação às ameaças da mudança climática, mas também que sejam alimentos saudáveis. Por isso, nós temos que pensar no conjunto da segurança alimentar como um todo.

Proporcionar oportunidades econômicas e sociais a todos. A agricultura tem uma forte condição de incluir muitas pessoas, famílias para ter renda, para ter atividade econômica. Então, na hora de definir uma tecnologia, uma forma de organização, de comercialização dos produtos da agricultura familiar, temos que pensar nisso, e em uma forma que possa fortalecer a atividade econômica das famílias da agricultura familiar.

Proteger os serviços ecossistêmicos. Não podemos mais produzir com aquela visão de expansão da fronteira agrícola de um ano abre uma área, aquela área rapidamente vai se degradar, então nós vamos partir para outra área, provocando mais desmatamento. Isso tem que ser feito de uma forma integrada com os recursos naturais, conservando o solo, conservando a biodiversidade, conservando a água.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Então, a produção não é a produção por si só, a produção tem que ser feita de uma forma equilibrada, de forma sustentável, permanente para manter essas condições dos ecossistemas para continuar produzindo com quantidade e qualidade.

Aumentar a resiliência, as mudanças climáticas, a capacidade de reação, de resistência em relação às mudanças que virão. Essas mudanças já estão acontecendo, em algumas regiões vai ser mais graves, outras menos. Então, é possível que o que se produz numa determinada região não se consiga produzir mais se não houver uma adaptação, se não houver uma forma diferente de se produzir. Isso tudo precisa ser trabalhado e o agricultor familiar tem que ter suporte para chegar até as condições de maior resiliência.

O que impede, dificulta para que a agricultura familiar, especialmente, possa continuar avançando?

Então, também a FAO aponta aqui algumas limitações, algumas dificuldades de acesso, por exemplo, aos mercados. A agricultura familiar tem dificuldade de se inserir nos mercados.

O crédito rural, o Deputado Valdir Barranco já estava dizendo na introdução dele a necessidade do PRONAF, por exemplo, de ter acesso – daí é importante que o Banco do Brasil, de fato, esteja aqui para que possamos trabalhar uma facilidade maior, uma condição maior de acesso dos agricultores às linhas de crédito já existentes. Houve uma ampliação muito grande em termos tanto de diversificação dessas linhas quanto também do acesso, mas ainda há problemas, ainda há necessidade de corrigir, de aperfeiçoar o acesso ao crédito por parte da agricultura familiar.

Assistência técnica e extensão rural, todos nós sabemos que há muitas dificuldades. Aqui, no Estado, menos de 30% da agricultura familiar tem acesso à assistência técnica de fato. Isso não é diferente de outros Estados brasileiros, há uma dificuldade muito grande. Eu vou contar um pouco mais sobre isso um pouco mais para frente.

Informações meteorológicas, a FAO identificou... Há 70 países no mundo que sequer tem algum serviço de informações meteorológicas, e ainda isso ocorre no País. O Brasil tem esse tipo de serviço, de informação, mas essa informação ainda é difícil de chegar, de fato, ao agricultor.

Ferramentas de gestão de riscos. O Deputado também falava sobre isso. Há várias ferramentas de gestão de risco que o agricultor precisa ter acesso, grande parte dessas ações... O Brasil, inclusive, é considerado um País que tem bastantes ferramentas públicas, bastantes serviços, programas, políticas públicas que dão condições tanto na fase da produção, quanto do próprio acesso ao mercado, quanto também da logística, da infraestrutura. A própria assistência técnica é uma dessas ações de gestão de risco.

E a proteção social. Nós sabemos que grande parte da população em situação de pobreza, de extrema pobreza está no campo. Isso não é diferente também em Mato Grosso, grande parte desse segmento social está no campo.

Então, para falar em produzir no campo temos que lembrar, também, que há populações, há famílias que estão em situações sociais frágeis e que precisam ser apoiadas para que possam superar essa situação e terem condições mais adequadas de produção.

A FAO também, num outro trabalho... Aqui é um trabalho que estávamos desenvolvendo quando eu estava no Ministério de Meio Ambiente, e esse trabalho continua, é um trabalho que está sendo desenvolvido em 10 países da América Latina e Caribe, buscando estabelecer algumas políticas agroambientais. Políticas agroambientais são essas que casam a produção e o meio ambiente para que tenhamos uma produção sustentável.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Aqui são algumas orientações estratégicas para que os Países possam, de forma voluntária, vir a desenvolver políticas agroambientais. Uma dessas estratégias é o desenvolvimento rural com enfoque territorial. Isso é pensar a política pública, a integração do Estado a partir do território.

Eu estava dizendo, inicialmente, que Mato Grosso é um Estado que tem uma diversidade muito grande. Então, nós não podemos pensar uma política de forma abstrata, como se fosse aplicada da mesma forma em todos os lugares. É preciso ouvir, dialogar, construir essas políticas de acordo com essas realidades e aproveitar também aquele potencial que há no território, por meio das suas organizações locais, para que isso tenha uma dinâmica de produção, de implementação adequada e mais fortalecida para cada região.

Institucionalizar, institucionalidade inclusiva, o que é isso? É trabalhar de forma mais inclusiva, tanto na esfera de Governo, porque observamos, muitas vezes, que as esferas de governos, seja de Governo Federal, Estadual ou Municipal, dialogam pouco, integram pouco suas ações; também em nível horizontal, quando falamos no Estado, muitas vezes as Secretarias também não têm tanta integração. Então, é preciso que essas políticas se integrem mais. Uma integração também entre o público, o privado e a sociedade, trabalhar isso de forma mais integrada. Isso parece fácil, mais é o que é mais difícil acontecer.

Muitas vezes o que observamos é que não há um conhecimento, não há um fluxo de informações de integração para potencializar os trabalhos, é cada um trabalhando no seu quintal, cada um cuidando daquilo ali como se ele fosse um único ator, como se ele fosse uma única instituição que trabalha, que tem competência para desenvolver aquele trabalho.

Modelo de produção e serviços sustentáveis. Pensar um modelo de produção que de fato seja sustentável para que possamos produzir hoje e amanhã para as próximas gerações, mantendo a capacidade dos recursos naturais e em algumas situações, inclusive, recuperando. Existem muitas áreas que já estão degradadas, muitas áreas que precisam ser recompostas, reflorestadas. Então, esse processo, esse modelo de produção precisa ser revisto. Precisamos construir um modelo de fato que garanta essa produção sustentável.

Internalização de valores ecossistêmicos. Trazer, na formulação das políticas públicas, a atuação de cada uma das instituições. Valorizar isso, valorizar esses valores ecossistêmicos. Cada uma das atividades, não só... Quem tem que pensar em meio ambiente não é só a área de meio ambiente, não só a Secretaria Estadual, não é só a SEMA, não é só o Secretário Municipal de Meio Ambiente. Isso tem que estar integrado para quem produz, para quem comercializa, para quem agroindustrializa e para quem financia.

É preciso que os agentes financeiros também se preocupem na hora de financiar, na hora de conceder um crédito, quais são essas condições que estão sendo implementadas nos projetos que estão sendo financiados pelo Banco do Brasil, por exemplo. Isso, então, é trazer para si, internalizar essa preocupação. Cada um dos atores das instituições exercitar e colocar isso verdadeiramente em prática.

Equidade na geração e distribuição da riqueza. Somos um País campeão em desigualdades sociais, de renda e econômica. Precisamos olhar para isso, para dentro da nossa realidade, para dentro do Estado e enxergar que existem regiões que são deprimidas economicamente, que precisam de um tipo de apoio para superar essa situação, assim como olhar para dentro do próprio Município, olhar para ver que algumas comunidades estão em situações que precisam de um tipo diferente de atuação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

O Brasil – e falando em Brasil estou falando de todos – precisa ter esse olhar permanente para a redução dessas desigualdades, incluir mais gente, incluir mais famílias para que tenham condições melhores de vida e de produção.

Vamos caminhando para o final. Vamos falar agora de intervenção, o que fazer? O que se recomenda? Como intervir?

Aqui são instrumentos econômicos que podem ser utilizados.

Eu peguei... Nessas diretrizes que estou dizendo das políticas agroambientais, que, como eu falei, é um trabalho que está sendo feito por dez Países na América Latina e no Caribe, que estão propondo a partir de suas experiências... Estão identificando ações que voluntariamente serão propostas aos demais Países da América Latina e América Central para que isso possa ser implementado por meio das políticas públicas. Então, são sugeridos alguns instrumentos econômicos. Por exemplo, ampliar as linhas de créditos para sistemas produtivos sustentáveis.

Essa é uma questão que o Deputado Valdir Barranco já tinha anunciado, falado inicialmente, é uma recomendação, então, desse conjunto de Países para que essas linhas de créditos sejam de fato voltadas para esse tipo de apoio.

Quando se pensou no PRONAF, o programa de fortalecimento da agricultura familiar, pensou-se de fato no fortalecimento da agricultura familiar como um todo, mantendo a sua característica produtiva. E hoje o que observamos – inclusive, um trabalho que o IPAM fez recentemente – é que o PRONAF, grande parte dele, vai para a pecuária, e uma pecuária muitas vezes relacionada à baixa eficiência.

Sem querer penalizar a pecuária e dizer que a agricultura familiar não possa ter pecuária, pode ter, mas uma pecuária adequada para essa situação com uma produtividade adequada, com uma área também adequada... Eliminar isenções fiscais para práticas, tecnologias, insumos danosos ao meio ambiente. Isso, por incrível que pareça, ainda acontece. Há muitos insumos, inclusive, agrotóxicos que tem uma taxa de contribuição, em termos de impostos, diferenciada.

Então, nós precisamos fazer justiça para isso. Senão a sociedade, por um lado, está dando isenção, dando facilidade para um setor, por outro lado, ela tem que depois usar os seus recursos próprios, que o Governo arrecada na forma de impostos, para corrigir um problema que foi gerado para aquele benefício. Isso precisa ser analisado e precisamos ter uma equação mais equilibrada em relação a isso.

Compensar por serviços ecossistêmicos e ambientais. Esse aqui é o pagamento por serviços ambientais, em alguns Países essa prática já está sendo colocada. Se a agricultura tem esse papel de contribuir para produzir água, por exemplo, produzir biodiversidade, manter as paisagens, é importante que a agricultura familiar tenha também uma forma de ter um retorno em relação ao pagamento por esses serviços, que é um tema que tem algumas experiências, inclusive novamente o IPAM tem uma experiência muito boa trabalhada nesse sentido.

Aqui outro instrumento: Medidas de gestão ambiental.

Eu peguei três casos de cada um desses instrumentos, que são vários propostos por esses instrumentos.

Implantar planos para redução do uso de agrotóxicos. Esse é um tema muito polêmico e tem que ser enfrentado. Existe uma mobilização nacional no Brasil – que é o País campeão mundial no uso de agrotóxicos – para que haja uma redução no uso de agrotóxico no País. Existe uma proposta já elaborada pela sociedade, pelo Governo que está travada, que não avança. É preciso que a sociedade se manifeste mais em relação a isso para que isso vire de fato uma norma, uma política pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Garantir recursos humanos e financeiros para as áreas protegidas.

Os parques, as unidades de conservação têm uma função também para manter a biodiversidade, manter esse equilíbrio que nós estamos falando em relação às mudanças climáticas. Então, quem trabalha na produção tem que olhar para isso também. O parque tem a sua função para manter esse equilíbrio no meio ambiente. É importante que seja de fato protegido, conservado.

Considerar no licenciamento ambiental o estímulo às práticas sustentáveis. Então, também o lado do meio ambiente. Na licença ambiental tem que olhar e recomendar para que essas práticas sustentáveis sejam seguidas, sejam incluídas nas atividades produtivas.

Pesquisa agropecuária. Novamente um tema muito importante, que no Estado está a cargo da EMPAER, EMBRAPA, universidades e vários centros de pesquisa.

Uma das orientações é integrar conhecimento tradicional e científico. Porque o agricultor, as agricultoras, a família do agricultor inova, ela pesquisa, ela experimenta coisas, ela tem um jeito diferente de aplicar as tecnologias. Dia a dia o agricultor vem fazendo isso, vem colocando essas práticas para funcionar.

Então é importante que o pesquisador, aquele que desenvolve o trabalho científico, olhe para isso, considere, incorpore esse conhecimento tradicional, esse jeito próprio do agricultor fazer as coisas. É essa interação do conhecimento científico com o tradicional, por meio do diálogo, que se constrói prática onde os agricultores inicialmente já estarão convencidos de que aquilo funciona, porque ele praticou aquilo lá. Então, é outro jeito também de fazer pesquisa que é recomendado em relação a essas políticas agroambientais.

Incrementar pesquisas em temas agroambientais e desenvolvimento sustentável. Novamente, não é só o produzir por produzir, é produzir. É produzir com sustentabilidade. E a pesquisa precisa trazer soluções para isso.

Por exemplo, pesquisar mais sobre a agroecologia, que é outra forma de produzir mais amena em relação ao meio ambiente, com menos impacto, que usa os insumos próprios das agriculturas locais, usa menos insumos externos, mais caros, é mais sustentável para a agricultura. Nós precisamos ter soluções, alternativas para poder apresentar aos produtores.

Pesquisar sobre valorização de bens e serviços ecossistêmicos. Quanto custa de fato preservar uma APP, uma nascente, a biodiversidade? É preciso trazer conhecimento e informações sobre isso, qual é a melhor forma de fazer a restauração dessas áreas, como medir o resultado que essas áreas trazem de fato para o agricultor ali naquele lote como também para a sua comunidade.

Outro instrumento de formação, capacidade e extensão, que era o tema que eu vim, inicialmente, para falar.

Então, fortalecer a extensão rural pública e sustentável. Há uma demanda muito grande, as políticas públicas, todas elas, no âmbito federal e estadual, sempre dizem isso.

A ATER, Assistência Técnica e Extensão Rural, é um serviço público, tem que ser bancado pela sociedade. Isso tem um preço. Nós precisamos demonstrar à sociedade que a ATER dá resultados. Nós precisamos pactuar com a sociedade que resultados são esses. Um deles é esse: aumentar a produção. Então, aqui, para Mato Grosso, nós temos um chão grande para percorrer, 80% do alimento de Mato Grosso vêm de fora. A ATER precisa funcionar, precisa trabalhar para que essa produção seja feita aqui dentro. Nós temos agricultura familiar, temos 130 mil famílias de agricultores familiares com alta capacidade de produção. Então, nós temos que avançar nisso.

Isso é um resultado que precisamos... Primeiro, demonstrar o resultado para depois convencer à sociedade de que nós temos que expandir a nossa participação no orçamento, para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

justificar que a EMPAER tenha um orçamento maior, e deve ter mesmo, para que ela possa implementar assistência técnica e extensão rural.

Mas primeiro temos que demonstrar isso à sociedade, que o serviço de ATER pode, sim, se comprometer; que a ATER, até 2030 – que é a meta da estratégica PCI – incluirá, universalizará o conjunto dos agricultores familiares para que eles possam ter uma produção sustentável, transitar para o modelo sustentável e aumentar essa produção de alimentos no Estado, implantar programas de capacitação sobre a produção sustentável para agricultores.

Precisamos dialogar mais com os agricultores sobre isso, levar essa discussão. Mas é um diálogo, é um processo de construção coletiva, conjunta. Não é algo de cima para baixo, autorizado, que é uma herança que nós tivemos da revolução verde, lá começo da extensão rural que ainda perdura na maioria das instituições de assistência técnica rural.

Capacitar gestores públicos e agentes financeiros, Banco do Brasil, sobre a produção sustentável e as políticas públicas agroambientais. Todos precisamos conhecer mais sobre isso, todos somos responsáveis por isso, todos nós vivemos no mesmo planeta, todos vamos ter os efeitos que estão sendo já verificados em relação à mudança do clima e produção de alimentos.

Mercado e consumo também é um dos temas colocados. Fomentar o mercado local para comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos diretamente aos consumidores. É preciso potencializar, por exemplo, o mercado institucional que está aí, o Deputado falou do PNAE, é lamentável que no Estado de Mato Grosso, a maioria dos Municípios ainda não tenha implementado esses programas que auxiliam muito, dão muita segurança para o agricultor familiar, para que ele possa produzir alimento. Aí nós ficamos naquele ciclo vicioso, o Município não implementa o PNAE e o PAA, porque agricultura familiar não produz alimentos e agricultura familiar não vai produzir alimentos, porque não tem segurança para onde que ela vai vender.

Então, temos que romper com esse ciclo vicioso, criar um ciclo virtuoso, onde possamos dar segurança, orientação ao agricultor, ele vai ter mercado, local para comercializar sua produção.

Fomentar organização econômica dos agricultores e pescadores, organização econômica das cooperativas. Por exemplo, o Brasil é um País que tem pouca cooperativa, o nosso povo se organiza muito mal, nós precisamos sim apoiar para que tenhamos organizações fortes, atuantes para que o agricultor possa em conjunto ter condições de acesso ao mercado agro, industrializar sua produção, comprar melhor os seus insumos. Participar do mercado como um todo, aumentar a participação dos produtos sustentáveis nas contas públicas, nós estávamos falando do PNAE do PAA que precisa avançar mais.

Bom, agora eu vou mais para ATER, também não tenho a pretensão de exaurir todo esse conhecimento, eu sei que aqui na mesa há vários conhecimentos sobre esse assunto, eu vou dar uma pincelada em alguns assuntos mais relevantes.

Todo mundo se lembra da EMBRATER, que era Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, era a irmã da EMBRAPA, foi extinta em 1990, sob o discurso do neoliberalismo, que o Estado era muito grande, que tinha que diminuir o Estado, o Estado gastava muito, esse discurso voltou, esse discurso está aí presente dizendo que o Estado está inchando, está muito grande e lá naquela época, achou-se então que o certo era extinguir a EMBRATER, que era a cabeça sistema nacional de ATER.

Com isso, os Estados ficaram soltos, alguns Estados sem condições de financiar o seu próprio órgão estadual foram enfraquecendo cada vez mais. Há algumas pessoas que fazem uma avaliação das empresas, das 27 empresas de ATER no País, e são poucas que têm, de fato,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

capacidade operacional para prestar serviço em quantidade, ou seja, universalizar, atender toda a agricultura familiar, por isso que nós estamos hoje com cerca de 30% da agricultura familiar atendida com serviço regular de ATER. Então, essa história começou lá em 1990, quando se extinguiu a EMBRATER.

Foi esse processo de muita fragilidade dos órgãos estaduais, alguns mantendo, tendo condições de seguir o trabalho, até que em 2004, houve um processo na sociedade, de discussão de uma política nacional de assistência técnica e assistência rural. Uma política diferente, uma política mais dialogada, mais participativa, que trouxesse soluções de acordo com os problemas dos agricultores. Os agricultores não eram só considerados pessoas desprovidas de saber, de conhecimento, de capacidade, e o extensionista chegaria lá para levar a solução; eram soluções construídas conjuntamente, essa é a concepção dessa política.

Na sequência, já no Governo Lula, começou a aumentar o financiamento e o número de ações de políticas públicas para a agricultura familiar. A própria lei da agricultura familiar, em 2006, porque até então, pouco antes disso, antes do PRONAF, que foi no Governo anterior do Fernando Henrique, a agricultura familiar, esse termo, nem existia; o que existia era a ideia do pequeno agricultor.

Pequeno produtor é aquele que não produz nada, só para subsistência, hoje a gente sabe que a agricultura familiar é a principal produtora de alimentos do País se o Brasil foi retirado do mapa da fome pela FAO, foi graças aos serviços da agricultura familiar e da extensão rural. É claro que a pesquisa também está nesse conjunto, mas isso é que fez e que faz com que o Brasil tenha sido retirado do mapa da fome: a agricultura familiar.

Esse conceito veio sendo fortalecido e é uma questão para refletirmos, um dos problemas da ATER, da assistência técnica e extensão rural, é a falta de política para orientar o seu trabalho, porque uma vez que a cabeça, que é EMBRATER, foi extinta, nós não tínhamos políticas públicas que orientassem o trabalho da assistência técnica. Então, cada empresa tocava sua vida, seu trabalho por conta própria, faltava uma orientação da política e nós vemos hoje, que essas políticas públicas foram construídas. A política de agricultura familiar, a PNATER, é a política nacional de ATER, e o PRONATER, que é o programa nacional, isso aqui em 2010.

Depois em 2013, a ANATER... Porque o serviço de ATER estava sendo retomado e precisava ter um órgão mais preparado, mais específico para atender essa demanda, por isso foi criado a ANATER.

Já está vindo um bilhetezinho dizendo que o meu tempo está acabando, esgotando, três minutos. Vamos lá.

O Estado também criou em 2013 a sua política estadual de ATER e o seu programa estadual de ATER. Aqui, eu quero render as minhas homenagens ao Estado de Mato Grosso nesse sentido, porque são poucos os Estados que têm essas leis estaduais, que têm essa orientação de trabalhar formulando políticas próprias para a agricultura familiar.

Também há, agora, recente, a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, de 2017, também uma iniciativa da Assembleia Legislativa, que também tem que ser reconhecida e valorizada.

E uma outra iniciativa que, de certa forma, também estou participando dela, é o Plano Estadual de Agricultura Familiar, também tem que reconhecer a grande importância, o esforço que a SEAF está fazendo para elaborar esse plano de forma participativa, consultando as diferentes regiões do Estado, mobilizando um conjunto grande de apoiadores para que, de fato, isso esteja

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

acontecendo. São poucos os Estados brasileiros que têm esse conjunto aqui, esse arcabouço jurídico legal que vocês têm, precisamos fazer bom uso dele.

Bom, eu estou falando rapidamente, porque não dá para fazer ATER se não houver recurso, e já dissemos lá anteriormente que a ATER é um serviço público, temos que convencer a sociedade de que a agricultura familiar tem que entrar no orçamento do Estado, tem que ter uma participação maior para o SEAF, para a EMPAER para prestarem um serviço em função de um resultado que vocês vão pactuar com os agricultores e alcançar. Um deles, por exemplo, é aumentar a produção de alimentos no Estado.

Em 2003, o orçamento da União para a ATER era 21 milhões; em 2009, já no Governo Lula, passou para 243 milhões; depois em 2015, era um bilhão; depois em 2016, já caiu um pouco quando tivemos essa dificuldade econômica de diminuição da arrecadação; e agora, em 2017, está em 333,5 milhões. Então, isso é preocupante, essa redução do orçamento é preocupante.

Quando eu estava na ANATER, na Presidência da ANATER, eu dizia que isso daqui devia ser multiplicado pelo menos por três, porque se temos cerca de 30% da agricultura familiar atendida... Temos que multiplicar isso pelo menos por três, nós temos que ter um orçamento de pelo menos três bilhões para dizer que fazemos um trabalho de qualidade com os agricultores familiares.

Bom, agora, já estou acabando mesmo.

Aqui também outra constatação muito boa em relação a Mato Grosso e que nós temos que fazer bom uso, no plano plurianual, que é aquele plano que o Governo elabora, que estabelece as suas metas, as suas ações para quatro anos, lá está previsto algumas ações muito importantes para a agricultura familiar.

Uma delas, essa 2164, que é a promoção da agroecologia da produção orgânica na agricultura familiar, mas se nós estamos falando, então, de uma produção sustentável, está aqui, há espaço no orçamento, no PPA, de recursos para esse tipo de atividade.

A 2190, que é a promoção do associativismo e do cooperativismo na agricultura familiar, é fundamental. Se o povo não estiver organizado, o Governo não fará sozinho, nós temos que dividir essa conta. Essa conta não é o agricultor pagar pelo serviço de ATER, é fazer a parte dele, de estar organizado, de saber o que quer, qual é o seu desejo, seu anseio, como é que ele se organiza, então, para participar de forma efetiva. E isso precisa também de apoio, porque há organizações que estão enfraquecidas e há regiões que nem organizações têm.

A 3177, que é a implantação do Sistema Estadual de Agricultura Familiar, muito bom isso, nós precisamos ter de fato isso funcionando como um sistema estadual todo integrado, com informações em relação a: o que é a agricultura familiar do Estado? Quais são as suas demandas, as suas necessidades? Quem é que atua? O que um Município faz? O que a entidade e a organização faz em cada um desses Municípios?

Implementação do Plano Estadual de Agricultura Familiar, que é esse que estava para ser concluído na metade do ano – não é, George? –, e vai começar, então, a ser implementado. Existe uma ação para esse tipo de necessidade que o Estado coloca para a sociedade como um todo.

Eu terminei, espero que tenha sido dentro do tempo regulamentar, ficarei à disposição caso queiram alguns esclarecimentos.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Paulo Guilherme.

Já quero convidar aqui para fazer uso da palavra o Sr. Cândido Teles de Araújo, Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT, porque, para fazermos o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

fortalecimento da agricultura familiar, é importante fazermos a regularização fundiária, documentar as terras do Estado de Mato Grosso.

O SR. CÂNDIDO TELES ARAÚJO – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar os componentes da mesa em nome do Deputado Valdir Barranco, quero parabenizá-lo também por essa iniciativa, dizer que me sinto muito à vontade neste ambiente, porque trabalhei 32 anos na EMBRAPA. E quero dizer que esse ambiente para mim é importante.

Mas, como muito bem disse Vossa Excelência, Deputado Valdir Barranco, a agricultura familiar tem a sua importância, a pesquisa – cumprimento o Lair Mota –, a extensão rural, o transporte, a comercialização, mas não é menos importante a regularização fundiária, porque dá ao cidadão o seu título de propriedade, em que ele possa fazer os seus financiamentos, em que ele possa ter paz social no campo.

Quero aproveitar a oportunidade para informar aos presentes, Deputado, que é um compromisso do Governo Pedro Taques regularizar 122 assentamentos em todo o Estado de Mato Grosso, envolvendo 11.628 famílias, Deputado.

Há assentamentos que têm mais de 20 anos, que têm existência há mais de 20 anos no Estado de Mato Grosso e que nunca receberam esses títulos de propriedade. E graças ao esforço que estamos fazendo no INTERMAT... Na Caravana da Transformação passada, em Porto Alegre do Norte, já entregamos títulos de regularização de assentamentos do INTERMAT. Abrimos a caixa preta, abrimos a porta do INTERMAT para atender os pequenos produtores.

Encerro aqui mais uma vez parabenizando a todos e pedindo licença para me retirar, que eu tenho outro compromisso.

Um abraço, boa sorte e boa reunião de trabalho. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Sr. Cândido Teles. Já quero convidar a sua equipe, Doutor, teremos em Confresa uma Audiência Pública no dia 09 de junho para debatermos a regularização fundiária de Confresa e Municípios circunvizinhos. É muito importante a participação do INTERMAT e dos seus representantes.

Quero cumprimentar mais uma vez... Na hora escreveram Nelson, Nei, é Neison, mas eu o conheço como Nei do Dom Osório e eu acho que nem ele sabe o nome dele mais, não é? Só é conhecido por Nei do Dom Osório, nosso querido Vereador de Campo Verde, seja bem-vindo.

Quero cumprimentar e agradecer a presença dos Vereadores do Município de São José do Rio Claro: Reinaldo Antônio Monteiro, Valdemar Messias dos Santos, João Martins, André Luís Viera Rosa, Adriel Pereira Irineu; da Sr^a Ana Domingas da Conceição, Coordenadora de Nutrição Escolar, representando a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá.

Convido para fazer uso da palavra, representando a Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários, o Secretário Adjunto Corgésio Ribeiro de Albuquerque. Após a fala dele, nós vamos intercalar, quebrando um pouco o protocolo, vai falar o próximo palestrante, que é o Rodrigo.

O SR. CORGÉSIO RIBEIRO ALBUQUERQUE – Boa tarde a todos. Boa tarde, pessoal!

Eu quero agradecer em nome do Governador Pedro Taques, em nome do Secretário Suelme Fernandes, que não pôde estar aqui por outros motivos maiores, forças maiores. Quero agradecer a toda plateia presente, anotei os nomes: o Presidente do INTERMAT, Sr. Cândido Teles, que teve que sair; Presidente da CEASA, o Baltazar; Presidente da EMPAER, Layr Mota; os técnicos da EMPAER, que aqui se encontram; técnicos da CEASA; técnicos da SEAF, Jorge,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Renan, a Catarina, que se encontra aqui também. Gostaria de agradecer também toda a sociedade civil, Juliana, do Banco do Brasil, Paulo Guilherme, do IPAM, e demais representantes da mesa, desculpe não falar o nome de todos, mas quero agradecer de todo coração.

É uma pauta muito importante, tratar de agricultura familiar, e agradeço, logicamente, o Deputado Valdir Barranco, que com certeza foi muito feliz por trazer o assunto e a pauta de discussão da agricultura familiar na questão da assistência técnica, da organização da produção e da comercialização.

O Governo do Estado, desde que entramos, em 2015... Nós começamos a desenvolver alguns trabalhos, trabalhos importantes, até foi citada pelo Sr. Paulo a questão do PEAFA, Programa Estadual de Agricultura Familiar. Realmente, estamos numa parceria muito importante, como o senhor mesmo disse, todos os Estados começaram a desenvolver esse trabalho e vemos que é um trabalho que busca... Além de estar nos eixos, nós temos cinco eixos estratégicos, os três estão sendo tratados aqui hoje, que é a questão de assistência técnica, organização produtiva e comercialização.

Inclusive, podemos até quebrar um pouco o protocolo depois. Está aí o George, que é um dos comandantes das reuniões estratégicas que estão sendo trabalhadas no Estado, foram feitas, se eu não me engano, oito reuniões em oito cidades aqui do Estado, tratando dessa questão da organização, dos diagnósticos e dos perfis produtivos.

Com relação aos trabalhos que estão sendo feitos no Estado, desde o primeiro momento, estamos buscando realmente resgatar a sustentabilidade da agricultura familiar. Nós vemos, como foi falado, foram mais de 130 mil famílias... Que mais de 80%, ou cerca de 80% de toda a produção, que é consumida aqui no Estado de Mato Grosso, vêm de fora. Nós importamos, nós estamos falando em torno de um bilhão de reais, mais ou menos, que é consumido de fora, e nós sabemos a dimensão da área aqui do Estado. Realmente, é uma área imensa, tem condição de resgatarmos, reorganizarmos, eu vejo mais na questão de reorganizar essa produção dos pequenos produtores, não falo nem pequeno, porque acredito que está na concepção também do agronegócio.

Existe o agronegócio, que é o carro chefe aqui do Estado, seja o grande ou o médio, mas o pequeno também se encaixa na questão do agronegócio, porque falar de pequeno, acho uma palavra muito difícil de falar, porque não são pequenos, as pessoas são guerreiras, são gigantes, nós sabemos do valor que elas representam para o Estado de Mato Grosso.

Em cima desses projetos, nós estamos arquitetando o SUSAF, que é o Sistema Unificado de Sanidade de Agroindústria de Pequeno Porte, que já está em processo de regulamentação junto a Casa Civil para que possa ser aprovado. Isso é um dos trabalhos árduos que nós começamos a fazer, sei que esse programa garante a equivalência dos produtos, animal e vegetal, e que tira o produtor da informalidade. Eu acredito que vai ser um avanço para o Estado de Mato Grosso.

Entre outros programas também que nós gostaríamos de estar desenvolvendo, programas estratégicos junto às cadeias produtivas aqui do Estado de Mato Grosso, há a cadeia de piscicultura, os programas Pró-Leite, Pró-Pirarucu, Pró-Café, que está no Noroeste, já estamos bem avançados, são programas estratégicos, nós sabemos que tem como desenvolver aqui no Estado e nós temos a capacidade de estar desenvolvendo. Também a reestruturação de feiras, estamos também dentro desse programa.

No final do ano, a Assembleia Legislativa teve a felicidade de aprovar o FETHAB II, uma lei que aprova no orçamento que entre 7% a 10% vai ser desembolsado para a agricultura familiar do Estado de Mato Grosso. E dentro desse orçamento inclui-se a EMPAER, que é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

extremamente importante; vemos a EMPAER como parceiro, está dentro do guarda-chuva, o próprio CEASA também, são parceiros importantes para que a gente, realmente, comece a reestruturar essa agricultura tão importante, que é a agricultura familiar do Estado de Mato Grosso.

Não adianta estar com todas as engrenagens funcionando se não houver assistência técnica, realmente, que possa desenvolver. Vemos que a EMPAER, ao longo de mais de uma década, foi meio que sucateada e hoje está à frente o Presidente Lair, que está fazendo um excelente trabalho. Acredito que está trazendo de volta, à tona, uma nova perspectiva, uma nova roupagem para a EMPAER, juntamente com o seu corpo técnico.

E nessa linha também, nessas engrenagens, essa reorganização produtiva, que é muito importante. Não adianta ajustar todos os eixos se não houver essa organização produtiva, isso é uma preocupação que o Estado está tendo, tanto é que fiquei extremamente elogiado pelo Sr. Paulo falar desse plano estadual, que casa muito bem com essa questão do tema dessa organização produtiva. E aí entra na parte da comercialização, o CEASA. E a Dr^a Elke também pode dar uma palhinha para nós na questão do projeto do entreposto, não é, Doutora? Pode fazer um comentário, depois, resumidamente para as pessoas entenderem como é a dimensão desse projeto, como o Sr. George também pode falar do programa estadual da agricultura familiar.

Eu acredito muito neste Estado, acredito muito nas pessoas que estão à frente. Essa Secretaria foi criada especificamente para atender a agricultura familiar do Estado de Mato Grosso, vi a Sr^a Cidinha Rios, que está aqui na mesa, vi algumas pessoas que sempre estão ali na Secretaria. Não falo que estas pessoas estão lá... Às vezes está todo dia, falam “estamos incomodando?”, pelo contrário, estamos ali para isso, para realmente buscar esse resgate da agricultura familiar aqui no Estado. Esse resgate da cidadania. Nós realmente temos que agregar valor aos nossos produtos, temos que dar condições, buscar políticas públicas para que as pessoas que estão no campo, no dia a dia, não sofram, não por falta de água, não por falta de luz, de energia, que não sofram por condições que não tenham como produzir.

Eu acredito que o Governo do Estado e o Governo Federal podem ser aqueles que conseguem erguer as pessoas, elas só precisam engatinhar para poder andar, essa é a nossa função. Eu acredito que o Estado esteja comprometido e irá, cada vez mais, tentar desenvolver ações que possam agregar valor à agricultura familiar.

Só para alguns detalhes, além dos equipamentos que já entregamos ao longo desses dois anos e meio, fizemos a entrega de mais de 300 resfriadores de leite, seja em eventos dessas caravanas que estão acontecendo ou em outros momentos em que estivemos em algumas associações nos Municípios e há a perspectiva de mais 500 resfriadores de leite. Às vezes, as pessoas falam: “Ah, o que é um resfriador de leite de 1.000 litros?” Isso quem está no dia a dia sabe bem a diferença e como agregam valor ao seu produto. São algumas pequenas ações que estamos fazendo que no contexto e no geral fortalecerão muito a agricultura familiar.

Ressalto, novamente, a importância da EMPAER, a importância da CEASA, a importância de todos, porque o objetivo único é atender vocês, as pessoas que estão no campo, a agricultura familiar.

Agradeço, novamente, o Deputado Valdir Barranco, que é um defensor incansável da agricultura familiar. O senhor está de parabéns! O senhor e os demais Parlamentares, mas o senhor, especificamente, tem aportado emendas específicas na Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários, especificamente, para a produção e para agregar valor para, neste momento, construirmos um futuro melhor não só para o Estado, mas para as pessoas que vivem aqui e para as pessoas que querem trabalhar e produzir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Corgésio.

Leve ao Secretário Suelme, mais uma vez, o nosso comprometimento com a agricultura familiar. Diga-lhe que estamos aqui para lutar juntos pelo fortalecimento dessa Secretaria tão importante.

Eu sou o Deputado que mais aportou recurso de emendas, em 2017, para a agricultura familiar. Quase 1,5 milhão. Só não coloquei todas as minhas emendas, porque não pode. Há as que têm que ir para a educação, para a saúde. Agora, começaremos a discutir as emendas de 2018 e vamos aportar mais recursos.

Também, na discussão, no final do ano passado, da nova lei do FETHAB, instrumentalizamos para que de 7 a 10% dos recursos oriundos da arrecadação do FETHAB sejam destinados à receita da agricultura familiar. E, também, está em tramitação, na Casa, um Projeto de Lei, de minha autoria, criando o Fundo Estadual de Fortalecimento da Agricultura Familiar para que possamos ter um fundo específico aqui para que possamos arrecadar e para que parte dos recursos arrecadados do Estado fortaleça a agricultura familiar.

Quero convidar para fazer uso da palavra o nosso amigo Baltazar Ulrich, Diretor-Presidente da Central de Abastecimento de Mato Grosso, com o tema: “O funcionamento da Central de Abastecimento e a Comercialização”.

Aproveito, também, para saudar o Marcelo que anda bastante. Conheci Marcelo em Sorriso; depois, ele estava Secretário de Agricultura de Apiacás e, hoje, está em Paranaíta. Não é, Marcelo? Seja bem vindo de tão longe. É importante a sua participação.

Com a palavra, o Sr. Baltazar Ulrich.

O SR. BALTAZAR ULRICH – Boa tarde a todos e a todas, principalmente ao nosso Deputado Valdir Barranco por esta iniciativa muito importante.

Eu creio que para o nosso Estado a parte mais importante é a agricultura familiar. O agronegócio fala da soja, do milho, a parte da pecuária, que tem vida própria. Temos que dar atenção especial e com muito carinho atender essa população de cento e poucas mil famílias da agricultura familiar. São todas elas gigantes, guerreiras, que temos que admirar e bater palmas.

Bem, pessoal, eu vim a Mato Grosso em 1980 e em 1986 assumi a Diretoria da CASEMAT. À época, a CASEMAT era responsável pela comercialização. O primeiro trabalho que eu fiz, em 1987, foi um diagnóstico sobre a agricultura familiar em Mato Grosso. Não vou dizer nada, posso queimar minha língua, mas até 2015 eu dizia sempre o seguinte: era só trocar o ano aqui, 2015, que teríamos o mesmo diagnóstico. Não mudou nada no Estado em todos esses 30 anos.

Agora, com o novo Governo Pedro Taques, com o Suelme na Secretaria, no início, pessoal, eu vou dizer para vocês que tinha um pouco de resistência a ele, tenho que tirar o chapéu. É uma pessoa que, realmente, abraçou a causa da agricultura familiar e está, realmente, mostrando um lindo trabalho.

Temos a EMPAER, que era um setor abandonado e temos, hoje, um Presidente atuante, que é impressionante. Eu acompanho o Lair no *facebook* e toda hora ele está lá não importa o lugar do Estado, mas ele está em função de todo o Estado. É impressionante uma pessoa com tanta disposição, com tanta vontade de atender o pequeno produtor.

Parabéns, Lair, pela sua dedicação, pelo seu amor pela agricultura familiar. (PALMAS) Eu fico sensibilizado com sua atenção.

E toda Secretaria, também. Quero cumprimentar todos os funcionários que abraçaram essa nova causa da agricultura familiar, que até 2015 não tínhamos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Bom, pessoal, o que é CEASA? O único Estado do Brasil que não tem uma Central de Abastecimento e Comercialização no País é Mato Grosso. Em 2013, fui convidado pelo ex-Governador Silval Barbosa para montar a CEASA, fizemos um trabalho e instalamos a CEASA. Agora, estamos batalhando para a confecção e instalação física da CEASA, mas nos preocupamos muito com a agricultura familiar.

Dentro da CEASA temos um setor que é a pedra. O que é a pedra? É o setor onde o produtor, o pequeno produtor, o gigante produtor, levará a sua produção para comercialização. É o ponto onde ele terá todos os dias um setor dele, onde ele poderá levar a sua mercadoria, o seu suor para receber as benesses financeiras para adquirir aquilo que ele conquistou na labuta do dia a dia.

Essa é a entrada da nossa CEASA, a parte do produtor, que é a pedra.

(O ORADOR FAZ DEMONSTRAÇÃO NO *DATASHOW*)

O SR. BALTAZAR ULRICH – Esse é o grande Mercado Livre do Produtor.

Esse é o espaço que vocês vão ter, meus senhores, um espaço digno, um espaço lindo, para onde poderão trazer a produção e apresentar à sociedade mato-grossense aquilo que produzem no campo.

Bem, esse é o mercado nosso. O que é a pedra? É o espaço destinado ao pequeno produtor rural, onde poderá comercializar diretamente sua produção sem a interferência de atravessadores. Quem conhece de CEASA sabe disto: o grande problema das CEASAs são os atravessadores.

Nas nossas CEASAS, que verão adiante, estamos preocupados que não haja atravessador, que o produtor produza e que venha vender, que não entre o atravessador no meio e tome o produto dele por preços menores e ganhe dinheiro via produtor. Então, a nossa intenção, na CEASA, é que o produtor tenha um controle efetivo para que não deixe a sua produção nas mãos de outros.

A garantia à exclusividade. Está aí: o mercado livre do produtor para que seja utilizado, efetivamente, para o pequeno produtor rural, que se baseia no atestado emitido com prescrição da assistência técnica e extensão rural.

O Banco de Caixas. O que é o Banco de Caixas? O grande problema que temos na nossa produção agrícola é a contaminação de agrotóxico de uma região para outra. Hoje, a maioria das CEASAs trabalha com caixa de madeira. O que acontece? O produtor pega essa caixa de madeira e leva para essa região para repor o seu produto e leva junto doenças de uma região para outra.

Na nossa CEASA, não haverá esse problema. Cada produto, cada caixa que entrar na CEASA terá que ser esterilizada e limpa. O Banco de Caixas é esse trabalho. O produtor vai chegar ao CEASA com o produto dele, entrega o produto numa caixa e recebe um vale-caixa. Daí ele vai ao banco, pega uma caixa esterilizada e limpa para não haver contaminação de agrotóxicos de uma região a outra.

As caixas são retornáveis. Já existe um programa das empresas de caixas onde o produtor não precisa se preocupar, porque elas são retornáveis. Elas são caixas alugadas num valor simbólico, onde não precisa...

A EMATER, pegamos modelo de Minas Gerais, controla o produtor emitindo um documento desses, como é o memorando dela de apresentação junto ao CEASA. Esse é cadastro do produtor. Todo produtor tem que ter o seu cadastro dentro do CEASA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Romaneio de entrada. Se o produtor chegar de ter um romaneio de entrada de 94 caixas e se tiver com 120, é sinal que está atravessando algum produtor. Ele já comprou de alguém, de outro produtor.

Essa é a disposição dos espaços do produtor na pedra.

Outro ponto importante, pessoal, que temos que ver muito é a rotulagem do produtor. Existe uma lei hoje de controle sanitário, em que é obrigatório o produtor ter a sua rotulagem no produto. Cada produtor vai ter o seu número, vai ter o seu cadastro para sabermos se esse produtor está realmente cuidando do agrotóxico dentro do produto dele.

Vem o rótulo dele, onde estão todas as informações. O código, por exemplo, hoje você vai ao mercado comprar uma maçã, tem um selinho que conta a história da maçã desde o início da plantação até chegar ao mercado. Se ela tiver algum problema, alguma doença, nós vamos saber quem é o produtor que produziu essa maçã.

A batata. O produtor da batata é a mesma coisa. Ele vai ter um código de barra na caixa dele, onde vai ter... Se tiver uma contaminação na produção, no campo, com agrotóxico, nós vamos saber qual é o produtor que tem esse problema.

A manga também...

Projeto Barracão do Produtor *Packing House* é o mais importante que nós temos.

O CEASA não está preocupado somente com a Capital, estamos preocupados com o interior também. A ideia do CEASA é implantar 17 *Packing Houses*, que são barracões do produtor. O produtor vai produzir e vai levar o *Packing House*, onde vai ser reclassificado o produto dele e embalado para ele ter o melhor custo na produção e benefício financeiro, tudo com máquinas automatizadas, o técnico vai ter o problema dele acabado.

A parte do Projeto Barracão, a previsão dela da distribuição são 15 no Estado todo. O investimento de *Packing House* está cotado em 100 milhões.

Bom, pessoal, pelo adiantado da hora, já me deram aqui mais dois minutos e já se passaram, eu só peço desculpa em não apresentar mais detalhadamente, mas vamos ter outras oportunidades de apresentar esse programa para os senhores.

Desculpe-me, Deputado Valdir Barranco, pela pressa.

Obrigado pela oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Baltazar.

Convido o Engenheiro Agrônomo Rodrigo Faccioni, Consultor da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, o antigo MDA, e ex-Secretário de Agricultura de Barra do Bugres, para proferir a sua palestra com o tema: “A organização da produção da agricultura familiar”.

O SR. RODRIGO FACCIONI – Boa tarde a todas e a todos aqui presentes.

Em nome do Deputado Valdir Barranco, meu amigo e nosso companheiro de luta e representante da agricultura familiar, com muita propriedade, cumprimento todos os presentes; em nome da Fabiana, minha colega de trabalho, Engenheira Agrônoma, cumprimento todas as mulheres aqui presentes.

Eu não trouxe nenhuma apresentação com imagem, mas vou tentar trazer um pouco de uma fala, de uma experiência de trabalho, de uma articulação de ação de apoio para comercialização de produtos da agricultura familiar, da qual eu tive a oportunidade de fazer parte, não enquanto profissional de ATER, e como muito bem falado pelo nosso colega Paulo Guilherme aqui no começo, com toda abrangência e leitura específica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Eu tive a oportunidade de trabalhar no Município onde tínhamos agricultores assentados do INCRA, do programa de crédito fundiário, pescadores, quilombolas, indígenas, além dos feirantes das pequenas propriedades do entorno da cidade.

Esse jogo de cintura e essa ação para que pudéssemos conseguir fortalecer o trabalho desses agricultores, para que eles tivessem acesso à comercialização, tanto ela por parte de comercialização institucional, e no caso nós trabalhávamos lá com ação do PAA e do PNAE, mas também para comercialização do atacado e nas feiras, que é uma realidade ainda muito interessante para aqueles agricultores naquela situação deles.

Então, eu trago alguns pontos interessantes ou de maior atenção que temos que trazer dentro desse diálogo.

Num primeiro momento, a equipe técnica deve ser identificada para fazer esse trabalho e uma parceria importante e fundamental entre os Poderes Públicos do Executivo municipal, a Prefeitura, com as suas Secretarias, e também a nossa querida EMPAER, no trabalho sendo desenvolvido nos Municípios, fazer esse trabalho de identificação dos potenciais e da realidade de trabalho.

Nós sabemos que a agricultura familiar tem um investimento muito forte. Cerca de 90% de todo o aporte de recurso financeiro contratado pelas operações de crédito, por meio do PRONAF, são aplicados na questão da pecuária e não temos detalhamento para saber se é pecuária leiteira ou de corte. Mas uma grande parte desse recurso ainda é pecuária de corte.

Então, nós temos um aporte pequeno de recurso para a produção de alimentos, de fato, como hortifrúteis ou a produção também de pequenos animais para comercialização. Fazendo esse trabalho de identificação que acontece numa estratégia local com uma grande facilidade, desde que se tenha um trabalho de ATER consolidado no Município, minimamente, não que necessariamente com uma equipe multidisciplinar ou com trabalho consolidado de visitação às famílias, mas, minimamente, é possível de se levantar isso.

Com isso, nós fazemos o confronto também da demanda existente ali no Município ou na região ou até mesmo pensando canais de comercialização, acesso a comercialização em canais que tenham uma maior demanda, no nosso caso é essa experiência que tivemos em Barra do Bugres, a 180 quilômetros da Capital, a 155 quilômetros da central de comercialização dos agricultores familiares aqui, em Várzea Grande, uma oportunidade muito boa, e também rota de caminho para a região de Rondônia para exportação de alimentos e no caso também a importação, que é o que vem acontecendo frequentemente de produtos da agricultura familiar.

Tendo identificado essa oportunidade de comercialização, por meio do que existe e da demanda que existe, parte para um trabalho de se identificar o que temos de documento para comercialização da agricultura familiar e o que não temos documento, porque hoje, salvo alguns Municípios do Estado de Mato Grosso, o trabalho do serviço de inspeção municipal, do SIM, é muito precário. Existem diversos agricultores que trabalham na clandestinidade, na questão da produção de pequenos animais como o frango, ou na venda de ovos, ou na venda de leite, que acontece sem a devida documentação necessária.

Então, nós fizemos essa ação também em conjunto, se existia o potencial de produção de frango, por meio de quase duas dezenas de agricultores trabalhando com projetos produtivos voltados à criação de frango semicaipira ou do tipo caipira, e não existia documentação desse produto com o selo da inspeção municipal. Conseguimos fazer uma ação com um abatedouro já existente no Município apenas para contratação do serviço de abate e foi possível fazer a comercialização documentada tanto para comercialização institucional dentro do PAA, perdão, do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

PNAE. PAA não tínhamos feito até então, mas também no comércio local, nos supermercados da cidade. E esse produto foi tranquilamente colocado no comércio com uma ação pequena do trabalho da assistência técnica do médico veterinário do Município e da articulação dos agricultores.

Além disso, tiveram novas oportunidades. O município teve a oportunidade de fazer o trabalho de um agricultor numa ação individual, particular, um pequeno abatedouro de peixe, documentado também com serviço de inspeção municipal, e uma iniciativa de duas farinheiras que também estavam no processo de documentação, já com respaldo da vigilância sanitária, porque são duas linhas que têm que trabalhar em paralelo - serviço de inspeção municipal e vigilância sanitária.

Dentro dessa ação conseguimos, além de motivar a ação dos agricultores, ter documentação para tal, porque sabemos também dessa importância da responsabilidade técnica, da qualidade sanitária da qualidade e do risco de intoxicação da saúde humana.

No trabalho dentro dessa ação de identificação do mercado, tivemos à época a identificação também da demanda das principais dificuldades dos agricultores. No Município em questão tínhamos os extremos das comunidades que chegavam a 300 quilômetros uma da outra, ou quase equidistantes 150 quilômetros da cidade, onde existia agricultor produzindo o produto, colocando isso no local de comercialização.

Então, qualificamos demanda também por meio de projetos de apoio, e à época foi um apoio do PROINFI, por meio do Território de Identidade Rural do Alto Paraguai, conseguimos veículo para transporte dos produtos, caixas plásticas, balanças eletrônicas, que estrategicamente teriam que ser distribuídas dentro de sete comunidades da região para poder fazer todo esse respaldo do pequeno processamento de caixas e também no transporte adequado para produção.

Com isso, com essa ação, também potencializando a ação das feiras, foram identificados novos locais de comercialização. Onde existiam duas feiras por semana, a proposta era passar de duas para até quatro feiras por semana, ampliando locais pela lógica da cidade.

Se formos pensar que essa receita, entre aspas – eu não gosto muito desse termo –, pode ser aplicada para qualquer realidade dos Municípios, seja um Município pequeno, com pouco volume de movimentação financeira, nesses ainda sofremos um pouco, porque muitos agricultores têm o costume, aquela questão mesmo de dizer: “eu não vendo os meus produtos, eu dou de presente para o meu amigo, meu parente, alguém que mora na cidade”, mas tentamos consolidar espaços de comercialização de agricultura familiar que garantam renda para o agricultor por meio desse trabalho mínimo de identificarmos o que teve, o que precisa e quem dá o apoio técnico para tal, mas também em lugares maiores.

Hoje a experiência de cidades com maior movimento, com maior número de habitantes, e isso significa mais gente que precisa comer todo dia, é uma oportunidade interessante para que consigamos fortalecer.

No caso de lá hoje, já se consolidou mais um ponto de comercialização, existem mais dois ainda para serem colocados em prática, de feiras mesmo, feira de rua. Existe um em local fechado, mais dois na rua e a possibilidade de mais um ou dois na rua para um Município de aproximadamente 34.000 habitantes.

Além dessas ações, eu acho que toda essa questão de se documentar tal ação, e fizemos uma conversa há um tempo aqui, inclusive no gabinete do Deputado Valdir Barranco, sobre as principais dificuldades de se ter a documentação e de colocar essa alimentação, por exemplo, no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Nós discutimos uma estratégia de saber os produtos que tinham os agricultores, sentar com a assessoria pedagógica do Município, com as nutricionistas que trabalhavam também

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

pelo Município e pelo Estado, para fazer uma adequação do que existia da agricultura familiar para ser colocada no cardápio.

Então, a questão do frango inteiro foi um pequeno problema, porque normalmente era peito, coxa e sobrecoxa. Então, o frango inteiro foi aceito pelas escolas por meio de uma conversa, de um corpo a corpo mesmo. Nas outras questões, nós tínhamos a possibilidade de colocar feijão e arroz também, mas demandou de uma ação lá na comunidade para que esses agricultores conseguissem industrializar isso.

Nós remanejamos um descascador de arroz, que foi também um projeto do Governo do Estado que estava num Município vizinho, um descascador de arroz parado, já foi relocado, e eu tive notícias agora há poucos dias que a comunidade indígena já está descascando arroz e já está com uma possibilidade de ter essa ação concreta, ter o produto e colocar na alimentação escolar, que era o primeiro momento, mas é fundamental ter o apoio, dentro dessa questão do projeto institucional de comercialização que a EMPAER também faça essa parceria concreta para o projeto, para a apresentação do projeto de comercialização.

Na questão lá do Município, tinha de fato essa condição, onde se construía a câmara técnica para discutir o programa de comercialização da alimentação escolar. Em todos os momentos a representação dos agricultores, o Governo Municipal e a EMPAER estavam presentes, em todos os projetos eram feitos dessa forma. Enfrentamos dificuldades com a questão da emissão da DAP, e ainda existe essa dificuldade, mas na maioria conseguimos, sim, que isso acontecesse.

Também foi feito, por meio de um diálogo institucional, o envolvimento da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, do *campus* do Município, em pesquisa de campo, em pesquisa com os consumidores da cidade, tanto na feira do final de semana como na feira da quarta-feira, para saber quais os produtos, quais as principais qualidades existiam nos produtos, bem como os principais problemas, sugestões dos consumidores e sugestões também de pontos de feiras e de comercialização.

Esse envolvimento institucional do Governo Municipal com a universidade, que é um privilégio para aquele local, também deu bons resultados. Essa ação também proporcionou a construção de projetos específicos para a questão de feiras e comercialização, então também é um ponto muito positivo.

A grande dificuldade talvez encontrada é que estávamos tentando canalizar para aquela realidade no tempo – isso é um fato, tem mais de dois anos que viemos trabalhando com isso lá –, seria canalizar recursos para a consolidação do ATER - Assistência Técnica de Extensão Rural, municipal estruturada, uma ATER qualificada, talvez até interinstitucional, envolvendo profissionais de uma gama, de fazer o atendimento não só para a produção exclusiva, de se trabalhar com a produção animal, com a produção vegetal, com a questão da qualidade de vida, com a questão de capacitação do envolvimento das mulheres, da produção de plantas medicinais, da produção de alimentos e isso, infelizmente, ficou um gargalo.

Tivemos numa condição de diminuição de aporte de recursos com esse trabalho da ATER, o Sr. Paulo nos trouxe esses dados, é fato isso, estamos tentando qualificar por meio do território e do Município, para que conseguíssemos um aporte de recursos para que a assistência técnica e extensão rural sejam realizadas lá aos moldes das chamadas públicas que existiram, não de tanto volume de dinheiro e tanto volume de família, como, por exemplo, colega Fabiana... Tivemos a oportunidade de discutir algumas coisas juntos nisso, que dava um grande trabalho, muito trabalho para que de fato pudesse resolver isso, pela questão de distância, de logística, de contato com os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

agricultores, tentarmos um molde disso para o Município, um molde específico para algumas categorias de agricultores dentro do próprio território.

E fecharíamos essa questão das ações da ATER privada, da ATER pública, de organização não governamentais qualificadas para tal, porque nós temos e essa é uma grande luta dentro do Estado de Mato Grosso quando discutimos o quadro da ATER credenciada no SIATER-Sistema Informatizado de ATER aqui no Estado de Mato Grosso, que é um grande dilema para nós – eu, como profissional, que trabalho com a agricultura familiar, vejo isso como um grande dilema –, da identidade dos profissionais para trabalhar com a agricultura familiar, e tentarmos desconstruir esse discurso, que já era um discurso do passado, de tratar a agricultura familiar como pequena, de se pensar agricultura familiar como uma história de só produzir para comer. Nós temos que trabalhar, sim, com tecnologia, tem que trabalhar, sim, com um olhar qualificado para este trabalho e os profissionais também precisam se qualificar para tal.

Vejo a dificuldade que nós temos muitas vezes quando se pede um profissional em uma equipe, que ele vai para outra, é aquela história do lençol curto. Quando você cobre a cabeça, você descobre o pé. Então, isso tem que ser um discurso voltado para as instituições de ensino, para as nossas escolas, que formam os profissionais, para discutir isto: a característica da agricultura familiar com todas as suas peculiaridades, com toda a sua diversidade, como foi muito bem trazido pelo colega Paulo, que contemplou muito esse olhar, essa introdução na nossa discussão.

O que eu tinha para falar, eu acho que o meu tempo já está encerrado. Pediram para falar um pouco disso. Eu vejo que nós temos bons resultados. Se nós tivermos uma fotografia do antes e do durante desse processo, nós já perceberíamos. Eu não consigo trazer uma fotografia do depois, porque esse processo não tem depois. Esse processo é contínuo. Então, a cada dia nós temos coisas novas, a cada dia a coisa vai acontecendo de uma forma melhor.

Nós temos, dentro da realidade da agricultura familiar, no Município, como é Barra do Bugres, por exemplo, mais de mil agricultores familiares. E desses infelizmente nós estamos longe de passar os 30% atendidos pela ATER, longe, longe. Eu acredito que nós não tenhamos 5% a 10% atendidos pela ATER, mesmo envolvendo todas as instâncias, todas as esferas que atuam lá para tal.

E aqui em Mato Grosso, nós percebemos isso pela diversidade que existe e pela grande dificuldade que tem. O profissional que trabalha muito bem com a produção animal não consegue dar um pitaco que seja na produção vegetal ou menos na produção específica de comida, transformada, processada, de estratégia de comercialização.

Enfim, eu quero agradecer a oportunidade. Agradecer o Deputado Valdir Barranco; parabenizar também os presentes, número significativo e de muita responsabilidade os que estão aqui conosco nesta atividade.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Eu quero agradecer a sua colaboração, Rodrigo. Foi brilhante na sua palestra.

Eu quero convidar o Gilson Francisco Silva, neste ato representando o Senador Cidinho Santos, para fazer a sua fala.

Já cumprimento e agradeço a presença da nossa Vereadora Edna, do Município de Colíder, uma batalhadora, que está sofrendo lá com o caos da saúde de Colíder, mas não é só lá. A saúde está um caos em Mato Grosso todo, Edna, e estamos irmanados para fazer a luta e cobrar as melhorias também; cumprimento o Sr. Josué, do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

está presente. E depois do Gilson, só situando, falará o nosso Presidente da EMPAER, Lair Mota da Silva.

O SR. GILSON FRANCISCO SILVA – Quero parabenizar o Deputado Valdir Barranco pela iniciativa muito justa para o Estado, que tem uma expressiva representação da agricultura familiar. Quero cumprimentar o Governo do Estado na pessoa do Secretário Adjunto de Agricultura Familiar, parabéns para o Governo de Mato Grosso não só pela criação da Secretaria de Agricultura Familiar, que eu diria que é um passo extraordinário no cenário estadual, mas também para o cenário brasileiro, são poucos Estados que tiveram coragem de criar, na sua estrutura, organização de Estado, com orçamento.

Eu diria que é motivo de muito orgulho saber que esta Casa, Deputado Valdir Barranco, teve a coragem de colocar 10% do FETHAB para apoiar as pequenas propriedades e as ações da agricultura familiar, porque falar que tem estrutura, que a EMPAER, que tem tantas demandas e não tem recursos... Nós estamos cansados disso. Então, temos aqui, mais uma vez, que dar os parabéns para a Assembleia Legislativa.

Eu estive, inclusive, ontem, com Juarez Fiel, com agenda, eu fiquei entusiasmado com a simplicidade e o comprometimento do Deputado Eduardo Botelho com relação a esse tema de apoiar a agricultura familiar, de apoiar a extensão rural. Eu acredito que agora, com orçamento fixo, com recursos orçamentários, não seja preciso se pensar em outro momento para fazer com que a agricultura familiar neste Estado possa ter dias melhores em todos os aspectos.

Eu já estava me retirando, tenho que fazer uma tarefa de casa ainda hoje, nós estamos discutindo o fundo nacional de agricultura familiar, eu estou ajudando esse processo lá em Brasília, no gabinete do Senador Cidinho, eu vim mais para trazer o abraço, Deputado Valdir Barranco, do Senador, e para dizer que nós estamos aqui bem próximos, à sua disposição.

E finalizar dizendo o seguinte: eu sei que tantos temas já foram colocados, mas quero acrescentar dois temas, que são, para mim, gargalos, e que é preciso nós os encararmos. A questão da regularização fundiária, gente, se não avançar, é engano achar que haverá avanços significativos, conseguir consolidar as políticas públicas voltadas para agricultura familiar, melhorar a renda, melhorar a qualidade de vida, buscar novas tecnologia, conseguir acesso aos mercados, agregar valor à nossa produção, se nós não conseguimos superar, talvez, uma das maiores barreiras que há hoje no meio rural, em Mato Grosso, não sei se é no Brasil, a de conseguir fazer com que chegue às mãos das pessoas, realmente, títulos dessas propriedades, a regularização fundiária, para que consigamos fazer com que essas pessoas realmente tenham cidadania, dignidade e acesso de vez a estas políticas públicas.

Eu fico aqui, Deputado Valdir Barranco, animado com a fala do Presidente do INTERMAT, parece-me que o Governo do Estado avança no sentido de fazer titulação das áreas dos assentamentos do Estado. Eu queria falar também que, na esfera Federal, Sr. Toninho, o INCRA... Nós estamos discutindo ali algumas experiências e o Governo, a Bancada Federal, tomou uma atitude bastante interessante nesse sentido, de colocar lá 68 milhões de reais no orçamento deste ano, para fazer a regularização fundiária dos assentamentos da União em Mato Grosso.

Quero dizer que esse é um gargalo muito grande, essa questão da regularização fundiária, mas eu te diria que essa questão da regularização ambiental... Fico olhando o pessoal do Banco do Brasil, eu tive bastante parceria no meu período de secretaria e fui Secretário de Estado por um período aqui, e quantas dificuldades para fazermos com que a coisa chegasse no tempo certo, no tempo hábil a mão do produtor, no período certo para plantar, muitas vezes, em que esbarrávamos... Eu fico imaginando a importância da assistência técnica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Queria parabenizar a equipe do Sr. Lair, Presidente da EMPAER, que está aqui, gente extremante comprometida da área de pesquisa; parabenizar o Sr. Baltazar e a equipe do CEASA, eu sei que não é difícil, se avançarmos nesta questão da regularização ambiental, principalmente para dar condições para que os projetos técnicos cheguem com os recursos para custeio, para investimento, na mão do agricultor, na hora certa, e conseguir fazer o efeito, sabemos que é possível fazer.

Obrigado, Deputado Valdir Barraco, parabéns mais uma vez pelo evento e conte com o Gabinete do Senador Cidinho Santos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Gilson.

Já convido o Sr. Lair Mota, para fazer a sua fala aqui, o nosso Presidente da EMPAER do Estado de Mato Grosso, empresa que é responsável pela assistência técnica e extensão rural aqui no nosso Estado.

O SR. LAIR MOTA DA SILVA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Valdir Barranco, em seu nome cumprimentar a todas as autoridades que compõem a mesa. Cumprimento a todos os agricultores presentes; os nossos técnicos da EMPAER, os que estão aqui, os que estão nas cidades assistindo pela *TV Assembleia*; a equipe do Sr. Baltazar que está aqui, do CEASA; todos os servidores da Assembleia, pelo apoio.

É uma honra estar aqui, hoje, Deputado Valdir, discutindo um tema tão importante para o Estado de Mato Grosso, que é a agricultura familiar.

Eu, quando fui convidado pelo Governo do Estado para assumir a EMPAER, sabia do desafio que era assumir essa empresa. O Governo sabia da importância da EMPAER para o Estado de Mato Grosso, os nossos profissionais sabiam da importância e sabiam das dificuldades. Mas, é por isso que assumimos esse grande desafio. A EMPAER que vinha de Governos anteriores, que não dava importância para a assistência técnica e não dava importância para o pequeno.

Eu posso dizer para vocês que, quando fui convidado, o Governador disse: “Eu sei do que precisamos fazer, sabemos o problema, a solução você tem que achar junto com a sua equipe.” E começando o trabalho nos deparamos com a falta de recursos, a nossa equipe sem estrutura, a empresa endividada e não conseguíamos recursos federais. Aquele ano foi a maior dificuldade, em que não recebemos nenhum centavo do Governo federal, e o Governo do Estado bancou a parte do Estado e a parte da União para que pudéssemos atender o mínimo possível com respeito a nossa população da agricultura familiar.

Nós, hoje aqui podemos dizer que em dois anos avançamos muito e conseguimos melhorar o atendimento, conseguimos aumentar – o Paulo falou muito do PRONAF –, nós em dois anos, Deputado Valdir Barranco, conseguimos aumentar em 124% o número de projeto elaborado e liberado pelo Banco do Brasil.

Eu quero dizer que, nesses dois anos, conseguimos atender 35.000 famílias por ano, mas não é o suficiente, precisamos melhorar o nosso quadro de funcionários, está aí o concurso, o Governador Pedro Taques nos autorizou a fazer o levantamento, ver o impacto financeiro que pode acontecer com essa chamada, a questão de orçamento, e já está autorizado pelo Governo, estamos só cumprindo essa parte burocrática para que possamos efetivar esses servidores.

Digo que hoje me sinto orgulhoso, sinto-me muito honrado em fazer parte dessa empresa, que tem desempenhado um grande papel, que é ajudar aqueles que mais precisam. O grande não precisa de apoio do Governo, da Assembleia Legislativa e do Poder Público, porque o grande por si só caminha sozinho, mas o pequeno, se não tiver a mão do Estado, do Município, não consegue andar sozinho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Quero aqui, Deputado Valdir Barranco, a título de informação, informar a Vossa Excelência que no Estado de Goiás existe uma lei em que o Município é obrigado a ter um convênio com a EMATER de Goiás para que todos os Municípios sejam obrigados a ter assistência técnica. Isso é uma lei. Nós conversando com o Presidente da EMATER de Goiás, ele me disse: “Aqui, no Estado de Goiás, é obrigado”.

Então, nós queremos ver também no nosso Estado a possibilidade de ter uma lei, porque nós sabemos que aqui no Estado de Mato Grosso há muitos Municípios, muitos Prefeitos que colocam agricultura familiar como prioridade, mas há muitos em que a agricultura familiar não é prioridade. E aí o Município acaba ficando também no esquecimento; por falta dessa integração, o Município perde muito com isso.

E nós queremos aqui fazer um grande trabalho em parceria com as prefeituras, com a Assembleia Legislativa, e não poderia aqui deixar de parabenizar Vossa Excelência pelo grande trabalho que tem feito apoiando a agricultura familiar, numa Audiência Pública como esta, muito importante.

Eu tinha outro compromisso fora de Cuiabá, cancelei para estar aqui presente. Quero dizer a Vossa Excelência que toda a nossa equipe, toda diretoria da EMPAER está aqui, diretor da ATER, diretor de pesquisa, coordenadores, alguns técnicos, nós estamos com a equipe completa aqui para dar todo apoio a esta Audiência Pública, porque nós sabemos que é de suma importância.

E quero aqui parabenizar todos os Deputados da Assembleia Legislativa que aprovaram a Lei do FETHAB, em que nós sabemos que nesse ano mais 32 milhões de reais serão aplicado na agricultura familiar. Desses 32 milhões, 09 milhões irão para EMPAER, para reestruturação da EMPAER. (PALMAS)

Então, eu quero dizer que a Assembleia Legislativa está de parabéns por enxergar que o Estado de Mato Grosso, além de ser um grande produtor de soja, de milho, tem a possibilidade de ser um grande produtor da agricultura familiar.

Nós sabemos que 70% do alimento que nós consumimos no dia a dia são da agricultura familiar. E 80% desse alimento vêm de outros Estados. Isso significa que se nós investirmos na assistência técnica, na orientação, investir na agricultura familiar, nós poderemos ser o maior produtor da agricultura familiar deste País, porque nós temos água, nós temos terras e temos pessoas com vontade de trabalhar.

Então, queremos aqui agradecer a todos e dizer que a EMPAER está de portas abertas para atender e fazer o que é de melhor para melhorar a qualidade de vida das pessoas. E tenho certeza que, juntos, faremos muito mais.

Então, muito obrigado a todos vocês pela participação. Obrigado, Deputado. Conte comigo sempre. Se Vossa Excelência tiver qualquer Audiência Pública em qualquer Município, conte comigo, conte com a equipe da EMPAER, que o nosso lema é servir bem para servir sempre.

Um abraço e que Deus ilumine a cada um de vocês. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Sr. Lair. Obrigado também a toda sua equipe que se faz presente aqui.

Quero também agradecer a presença do Sr. Éden Cavaliere, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado de Agricultura Familiar, Sr. Suelme Evangelista.

Nós vamos intercalar para não ficar muito maçante, vamos fazer assim: vai falar um daqui e um da plateia. Vamos começar pela plateia. O próximo a falar é o Professor Doutor Pedro Kaiser, da Universidade Federal de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

O SR. PEDRO KAISER – Boa tarde!

Inicialmente, eu queria trazer os cumprimentos da nossa Reitora Myrian Serra, que hoje voltou a trabalhar e com toda força depois de ter dado o susto em nós, servidores da UFMT; quero trazer também os cumprimentos do nosso Diretor da Agronomia; quero cumprimentar os meus alunos presentes na pessoa do Sr. Nelson Borges, que foi meu aluno, foi o ex-Presidente do INTERMAT... Ah! Está lá no fundo, sempre sentou no fundo (RISOS), mas muito bom acadêmico e muito bem politicamente dentro da Universidade, no seu espaço de direito. O nosso Diretor, Sr. Ismael, não pôde vir e queria que eu o representasse.

Agora, eu vou colocar o microfone um pouco distante, que agora eu vou falar como produtor rural de Santo Antônio do Leverger e Presidente da Associação do Morro Grande, que é a maior farinha do Estado de Mato Grosso. Com todo respeito a Nossa Senhora da Guia, a Nossa Senhora do Livramento e a outros lugares que fazem a farinha. A nossa farinha é diferenciada. E quero dizer também como feirante há dois anos das feiras de Cuiabá e de Santo Antônio, igual a muitos de vocês. E sentir que só agora nós podemos nos manifestar. Audiência Pública é para ouvir a comunidade, senão não é Audiência Pública.

Sr. Presidente, Vossa Excelência está de parabéns, porque abriu espaço. Audiência Pública tem horário de duas horas somente, Sr. Presidente desta Casa, meu amigo Deputado Eduardo Botelho, sabe-se disso. E eu estava preocupado e um colega meu sentado, já nervoso: “Será que nós vamos falar?”

O recado que eu dou, Presidente da EMPAER... Eu fico pensando o que se passa na cabeça do Antônio Mar. Antônio Mar é igual a mim. Trabalhei cinco anos na EMPAER e saí em 1981 dessa Casa.

Presidente, a EMPAER era atuante, a EMPAER tinha recurso no Governo de Jaime Campos, de Dante de Oliveira, de Carlos Bezerra, isso nós não podemos negar. Eu fui testemunha. Nós tínhamos carro para atender os 141 Municípios e tínhamos um escritório particular. Nós tínhamos o Centro de Treinamento de Várzea Grande e foi tirado de nós. E a EMPAER criou esse prédio lindo, de que eu participei da construção. Mandaram a EMPAER lá na SANECAP.

Governador, Vossa Excelência está escutando, porque esta Audiência Pública é gravada e é filmada. Eu não tenho medo de falar a verdade, porque foi assim que aconteceu nos 42 anos que eu estou em Mato Grosso. A EMPAER não faz mais nada, porque, Sr. Presidente, não tem dinheiro.

Em Santo Antônio de Leverger, há um técnico. Falando de Santo Antônio de Leverger, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger, por meio do seu Prefeito, Valdirzinho, tem um veterinário, contratou um engenheiro florestal, um agrônomo e um técnico agrícola.

Pergunto: o que eles fazem? Nada! Não tem carro, só tem carro para Secretário, não tem combustível. E o Presidente é testemunha de uma reunião... Prometeu uma secretária para a EMPAER, e a EMPAER está sozinha. Prometeu reformular o escritório da EMPAER, e está sozinha. A EMPAER precisa ir ao Município.

Veja, esses técnicos fazem o que lá em Santo Antônio de Leverger? Ganhando salário, não tem carro nem para visitar a nossa propriedade do Morro Grande, que fica a cinco quilômetros da sede. Ora, se entrasse em contato com a Presidente da Associação, será que não ia disponibilizar um carro e almoço para o técnico? Mas não, falta coragem, falta iniciativa, falta comando neste Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Governador, o senhor quer resolver o problema da assistência técnica? – Mais um segundo eu termino – O senhor precisa arrumar carro e dinheiro para a EMPAER, senão não vai. Os homens sabem trabalhar, o senhor trouxe um homem, um Prefeito, lá de perto de Cáceres, que conhece o pequeno produtor, ninguém conhece mais que Antônio Mar e o próprio... Que está na Secretaria Municipal agora, que é o Fiel, que conhece o Município.

O PRONAF, representante do Banco do Brasil, funcionou quando nós tínhamos o Ruela na Secretaria de Agricultura e quando nós tínhamos o Secretário, como é que ele se chama? O Deputado... Ajude-me, Fiel...Tinha o Deputado Chico Daltro, fez um convênio com o Estado inteiro e com a universidade, ajudarmos o Banco do Brasil... Os técnicos para fazer o cadastramento do pessoal, aí é que saiu o dinheiro do PRONAF para o Estado inteiro, você se lembra, Joel? Você se lembra, Fiel?

Então, pessoal, eu fiz esse desabafo, porque eu acho que Audiência Pública é para isso.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Isso aí, Professor, por isso é Audiência Pública para ouvir o público, o povo presente, também.

Vamos ouvir agora o Adão da Silva, que neste ato representa a FETAGRI, que é a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar aqui do Estado de Mato Grosso.

Quero aproveitar e cumprimentar o Peninha, que foi Prefeito de Juruena, também é um apaixonado pela agricultura familiar, bem-vindo, Peninha. E cumprimento o nosso amigo Gauchinho presente também, grande liderança.

O SR. ADÃO DA SILVA – Cumprimento o Deputado Valdir Barranco, em seu nome cumprimento todas as autoridades da mesa; quero cumprimentar todas as mulheres presentes em nome da companheira Tereza Rios, Presidente da UNICAFS - União das Cooperativas da Agricultura e Economia Solidária; quero cumprimentar todos os senhores e demais autoridades presentes, lideranças sindicais, associativas, cooperativas, em nome do meu companheiro Reginaldo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lá do Município de Campo Verde.

Quero começar dizendo, Deputado, parabéns pela iniciativa. Primeiro, parabéns pelas diversas Audiências Públicas já realizadas no Estado de Mato Grosso e as que estão para serem realizadas sobre a regularização fundiária. É um tema quase tão importante como a da organização da produção.

Eu ouvi o Presidente do INTERMAT falar da titulação. Então, eu acho que veio num momento oportuno, mas nós solicitamos, há vários anos, Presidente Lair, essa regularização, e se passaram três anos e agora o Governo começou a fazer a regularização e a entrega da titulação nos assentamentos. Tomara que isso continue, que até o final do seu mandato, de repente, dê para titular 112, 113 assentamentos do INTERMAT no Estado de Mato Grosso. E isso vai ajudar muito, muito, principalmente a região da Baixada Cuiabana, que tem a maioria dos assentamentos do INTERMAT.

Quero parabenizá-lo também, Deputado, pela iniciativa da realização desta Audiência Pública, que trata da organização da produção, e dizer para vocês que eu fui... Estou na Federação como Secretário de Política Agrícola do ano de 2002 a 2006; depois fui eleito e reeleito presidente por dois mandatos e hoje eu volto na Secretaria de Política Agrícola.

E a indignação maior hoje é com o Governo Federal – há algumas coisas que eu quero falar depois do Estado, desculpa se passar um pouquinho dos dois minutos –, mas a CONTAG, para quem não sabe, representa e coordena 27 federações neste País. São mais de 5.600 sindicatos de trabalhadores rurais, são mais de 25 milhões de agricultores familiares em todo o País.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

E todo ano... O plano SAFRA encerra mês que vem, dia 30, e até hoje não teve uma agenda do Governo Federal para atender a pauta da CONTAG, não teve uma agenda.

Então, fica muito difícil você discutir organização da produção e falar, enfim, do êxodo rural nos assentamentos e no campo brasileiro.

A CONTAG representa não só, mas, também, muitos movimentos sociais que trabalham numa pauta unificada. Não trouxemos além dos 30 bilhões que foram colocados no Plano Safra 2016/2017. Pedimos a mesma quantia. Por quê? Porque não conseguimos aplicar mais que 15 milhões no Brasil. Em 2016, em Mato Grosso, foram em torno de 940 milhões de reais no PRONAF Mais Alimento, PRONAF A, A/C, grupo B e outras linhas do PRONAF. Depois do *impeachment* não saiu um centavo para Mato Grosso de PRONAF A, porque foi extinto o MDA aqui no Estado. Foi extinta a Delegacia Federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário e dentro dela havia o GERA, que era um grupo de trabalho que analisava os projetos, e para o Banco do Brasil alguém tem que encaminhar o projeto para ele efetuar o pagamento.

Mais de 10.000 projetos, Paulo, estão engavetados na antiga Delegacia Federal de Agricultura. Aqui, no Estado de Mato Grosso, em torno de 26.500 reais por projeto. O que isso significa? E o agricultor não pegando, não acessando esse recurso, você não consegue sobreviver.

Então, o senhor está de parabéns, Deputado Valdir Barranco, pela realização deste evento tão importante.

Eu quero dizer, também, aos demais Deputados que estive no Araguaia. Cheguei ontem, à noite. Fiquei por 11 dias no Araguaia, juntamente, com o Secretário de Política Agrária, o Divino. Realizamos seminários regionais discutindo, exatamente, a organização da produção da agricultura familiar na região do Araguaia, que falam que é a região dos esquecidos.

Deputado Valdir Barranco, eu quero parabenizá-lo mais uma vez e pedir aos demais Deputados desta Casa que não só agora, mas no último ano de mandato falar da agricultura familiar.

Eu estive no PA Bordolândia, no PDS de Bordolândia, onde até hoje não saiu o PRONAF A, Juliana, devido a essa situação. Chegamos a uma residência e ela falou assim: “Esteve aqui o Deputado Barranco”. Parabéns por isso!

Eu quero pedir aos demais, também, que possam ir à base para verem a situação que vivem os agricultores mato-grossenses. Eu falo como agricultor familiar com muito conhecimento. Eu sou assentado da reforma agrária no Projeto de Assentamento Rio Borges, no Município de Itanhangá.

Lair, em Tapurah e em Itanhangá são quase 2.000 famílias assentadas. Existe a parcela, mas a maioria não está mais lá. E o Ministério Público vem dizendo: “Ah, o cara saiu, abandonou o lote”. Por falta de assistência técnica.

Lá não há nenhum assistente técnico, Rogério. Nenhum! Havia um em Tapurah, mas teve que vir embora. E eu parabenizo os técnicos que ainda restam na EMPAER e o Presidente Lair Mota. Vocês estão fazendo milagre; porque aqui, com 300, 400 profissionais que vocês têm, não atende quase 130.000 pequenas propriedades da agricultura familiar...

Esse recurso para o FETHAB, Deputado, teria que ter sido o inverso: em vez de 23 milhões para a SEAF, tinham que ir 23 milhões para a EMPAER estruturar empresa e 9 milhões para a SEAF... (PALMAS)... porque vocês não podem discutir organização da produção sem falar em assistência técnica. Não adianta você elaborar o projeto e não poder acompanhar. É muito melhor você poder acompanhar o projeto, organizar a produção, o beneficiamento, a comercialização desses produtos, organizar os agricultores via associação, cooperativa para que comprem melhor e vendam

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

melhor o seu produto. É muito melhor você acompanhar do que, de repente, fazer o projeto e não poder acompanhar. Então, isso é importante.

Fica aqui um apelo: fizemos três seminários municipais aqui, na região da Baixada, e não teve uma vez a presença do Secretário Suelme, Subsecretário, para discutir o assunto. Aí não tem como!

Hoje, a casa está importante, porque temos o Banco do Brasil, temos o INCRA, o INTERMAT, temos aqui a Subsecretaria da SEAF, temos a EMPAER. Então, isso é importante! Não tem como você discutir um seminário, se o Secretário não acompanhar. Não sabemos onde serão investidos os 23 milhões da SEAF. Não adianta você levar agroindústria se não há o produto produzido, não adianta. Dê assistência técnica para começar a produzir alimento, que não virá mais apresentação aqui de 80%... O Estado de Mato Grosso importando de outros Estados como do Rio Grande do Sul. Lá você encontra mandioca no saquinho empacotado a vácuo que vai de Mato Grosso do Sul. E é por falta de assistência técnica. E para isso não se faz milagre. É preciso recurso.

Quero parabenizar todos que estão aqui presentes.

Eu estou aqui com o Sr. Pedro, com o Dr. Pedro que desabafou.

A Audiência Pública é para ouvir os trabalhadores, os agricultores e suas lideranças que sabem e conhecem o suor e o sofrimento do trabalhador do campo.

Obrigado, Deputado Valdir Barranco!

Que Deus o abençoe e que sempre haja esse tipo de evento! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Sr. Adão, muito obrigado pela sua fala.

Há poucos dias fui ao Mercado do Porto e perguntei de onde vinha a banana que comercializa lá, vem da Bahia. Eu estava em Confresa, onde há 6.000 famílias assentadas, e perguntei: De onde vem o abacaxi? “Vem do Pará”. Então, nós temos, realmente, que investir e a Assembleia Legislativa tem que cumprir o seu papel, também.

Quero cumprimentar o meu amigo Vereador, indígena, Xavante, Mutuá, de Gaúcha do Norte, que está presente aqui.

Mais uma vez – cadê o Gauchinho? –, que é o Sr. Gilmar Antônio Brunetto, do SINTERP - Sindicato dos Trabalhadores da EMPAER/MT.

E vamos ouvir mais um representante do povo, da plateia, a Sr^a Elke Capistrano, Diretora da CEASA.

A SR^a ELKE CAPITRANO – Boa tarde a todos.

Parabéns, Deputado Valdir Barranco, pela iniciativa.

Também, quero parabenizar todos os atores presentes das instituições, das Secretarias, que trabalham com a agricultura familiar; parabenizar, em especial, vou falar até matriz a Sr^a Therezinha Rios, que vejo como a legítima representante da agricultura familiar que está, hoje, aqui pela UNICAF.

Quero falar com vocês, hoje, a respeito de um projeto encabeçado pela CEASA com a CEAF e com participação de grande importância da EMPAER que se chama “Projeto Entreponto Mato Grosso”.

Quando falamos de comercialização da agricultura familiar temos que verificar várias coisas, entre elas: produção, local para comercializar e mercado consumidor.

Vejo muito e ocorreu muito no Estado de Mato Grosso a criação de *Packing House*, de centrais pequenas de mercado voltadas à agricultura familiar para que o pequeno agricultor fosse comercializar esse produto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Essas pequenas centrais, *Packings Houses*, mercados, algumas foram ausentes de estudo de produção da região. O que esse Município estaria produzindo? Mercado consumidor, não foi avaliado em nenhum momento se aquela região teria condição de ter a construção de uma pequena central ou do *Packing House* e teria mercado de consumidor para consumir esses produtos da agricultura familiar. O que faltou? Uma participação grande da Secretaria da Agricultura Familiar e da EMPAER.

Eu acho que a EMPAER... É de extrema importância o papel dos extensionistas. Hoje a EMPAER se faz necessária dentro da agricultura familiar.

Quero aproveitar e elogiar o Presidente Lair pelo trabalho que está fazendo; quero parabenizar o Secretário Suelme, que não está aqui, e o Secretário Corgésio, porque a Secretaria da Agricultura ficou praticamente dez anos sem que houvesse grandes projetos como está tendo. A Secretaria está – como o Secretário falou – com o Pró-Banana, o Pró-Café, Pirarucu. E nós da CEASA viemos contribuir com a Secretaria da Agricultura Familiar e a EMPAER para fomentar a agricultura familiar, a comercialização. A comercialização é um dos papéis da CEASA.

O que nós criamos? Criamos o Projeto Entrepósito Mato Grosso. O que seria esse Projeto? Hoje nós temos conhecimento de que existe uma Central da Agricultura Familiar em Várzea Grande, que por dez anos foi construída e estava paralisada. Alguns feirantes da agricultura familiar – está aqui a Terezinha Rios – estavam tentando fomentar aquela Central.

O que nós procuramos fazer? Fizemos um estudo, foi feito um levantamento com a parceria das informações da EMPAER para verificar, dentro do Município da Baixada Cuiabana, porque aquela central da agricultura familiar... Quando o projeto dela era para atender os Municípios da Baixada Cuiabana. Foi verificada a produção, por meio desse estudo da EMPAER, juntamente com a Secretaria de Agricultura, o que cada Município estava produzindo.

Diante disso, nós da CEASA fizemos um trabalho de verificar quais os produtos eram mais comercializados aqui dentro do Município de Cuiabá para que esses produtos fossem vendidos.

Bom, a partir desse estudo verificamos a potencialidade da Central, foi verificado que os Municípios da Baixada Cuiabana têm condições de estar fazendo a comercialização dentro dessa central. E hoje está aguardando esse projeto, que vai centralizar, organizar e fomentar os produtos da agricultura familiar para venda. Está aguardando, para finalizar, os recursos, que são muito bem-vindos, do FETHAB, de 7% a 10% que foram destinados.

Então hoje estamos aguardando para o lançamento desse projeto apenas a conclusão do procedimento licitatório, que está em andamento pela Secretaria de Agricultura, para que esse projeto siga em frente com grande sucesso.

Quero agradecer a vocês aqui. Nós poderíamos estar... Em outro momento até pelo curto espaço de tempo, Deputado, se Vossa Excelência quiser, apresentar esse projeto que já foi apresentado para 14 Prefeitos do Município do Vale do Rio Cuiabá e todos adoraram.

Quero agradecer a EMPAER, que sem o trabalho de vocês, extensionistas, seria impossível ter feito esse levantamento; e a Secretaria de Agricultura, que incentivou, juntamente com a CEASA, esse projeto. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Elke.

Quero cumprimentar aqui o Nicolau Priante Filho, Coordenador do Fórum Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional da Baixada Cuiabana.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Antônio Rosa Rodrigues, neste ato representando o nosso amigo João Bosco, Superintendente do INCRA do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

O SR. ANTÔNIO ROSA RODRIGUES – Sr. Presidente desta Audiência, Deputado Valdir Barranco, em seu nome cumprimento todos os participantes desta Audiência Pública.

Eu falo aqui em nome do Superintendente João Bosco, que gostaria de estar aqui, mas, em virtude de outra agenda, não pode participar, e como sou Chefe de Serviço de Infraestrutura vim representá-lo.

O INCRA passa por um processo de reavaliação, reestruturação, e dentro dessa nova visão o foco é regularização fundiária, titularização.

O entendimento, com a Portaria 759, é de que a documentação entregue ao produtor, que de fato é dono da terra, dá autonomia para que ele tenha crédito, tenha respeito, tenha autoconfiança de poder buscar um crédito maior.

Hoje nós sabemos das dificuldades que existem do pequeno produtor para tirar um crédito. Ele monta um projeto, fica em análise e passa por uma séria de situação, desde ter que buscar um avalista. E com o título na mão, com a documentação, a terra é dele, ele vai fazer dela o que quiser; vai dar ela de garantia; vai poder pegar um crédito maior. Ele tem um patrimônio que vai poder deixar para a família dele.

Sabemos que tem pessoas há vinte anos na propriedade, que o pai faleceu e, infelizmente, não pôde deixar um patrimônio para a família, porque não tem documento. Ele deixou um problema para que a família resolvesse ou vai fazer cadastro de um dos filhos, da viúva, e ela tem que administrar esse problema.

A meta hoje lá, Deputado – o senhor que foi Superintendente do INCRA... Inclusive, os recursos para administrar a Superintendência estão vinculados à titularização. O INCRA hoje precisa regularizar, precisa titularizar para que o recurso venha.

Nós temos uma meta hoje de 170 títulos – isso com recurso próprio – mensal. Todo mês temos que entregar títulos, todo mês temos que entregar vistorias. Então, todo mês temos que entregar serviços para que esse dinheiro venha para que a Superintendência e as suas unidades funcionem.

Então, nós temos algumas cooperações técnicas que o INCRA tem feito com os consórcios, com prefeituras, para agilizar o processo de regularização fundiária para entregar o título ao cidadão. Mas, também, o INCRA entende que a agricultura familiar é importante.

Eu venho de uma cidade chamada Jauru, interior da região oeste, e entendemos que a agricultura familiar é o carro-chefe dos nossos assentados. Então, o INCRA já estuda um projeto, juntamente com uns parceiros que tem lá, para desenvolver, para incentivar a produção da agricultura familiar.

Qual é a dificuldade que nós, eu que conheço a agricultura familiar, venho de uma região da agricultura familiar, minha família é da agricultura, qual é a dificuldade maior? Todo mundo quer produzir várias coisas e não dá volume de venda.

A pessoa lá produz meio hectare de banana. Dá para atender, talvez, a cidade lá. Ele vai com dez dúzias de bananas na cidade pequena, a minha é uma cidade pequena, vende cinco e volta com cinco para casa. Precisa o pequeno produzir em grande escala. Então, precisa juntar todos os produtores e fazer produzir em grande escala.

Nós temos uma dificuldade. Talvez, muitos aqui me conhecem, a minha região é mineira, eu sou de família mineira, mineiro parece que é descendente de São Tomé, só acredita vendo. Então, é preciso que os governos tanto estadual como federal, e talvez o INCRA esteja caminhando nesse sentido, um projeto piloto, mostrar que funciona, bancar dois ou três ou dez

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

projetos por cidade piloto, custear isso, mostrar para o produtor que funciona, e aí, sim, terá um produtor produzindo em grande escala e em grande quantidade, porque a nossa região não tem hoje, é difícil você ver uma cidade que tem associação de pequeno funcionando, porque foram fechando ao longo do tempo, caindo no descrédito.

Então, Deputado Valdir Barranco, o senhor que é o precursor, está sempre no INCRA buscando auxiliar, cuidando dos assentados, o senhor tem defendido bastante isso, acredito que o INCRA é parceiro e no que depender de nós estamos aí.

Eu vim deixar um abraço, dizer que estamos nessa nova metodologia, buscando parcerias, buscando novas ideias e somos parceiros da agricultura familiar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Toninho.

Convido mais um representante da plateia, o George de Lima, Analista da CEARF. Depois do George irá falar aqui da mesa a Terezinha Rios.

O SR. GEORGE DE LIMA – Boa tarde a todos e todas.

Cumprimento todos em nome da Terezinha Rios, legítima representante da agricultura familiar.

Venho aqui a pedido do Secretário Corgésio para falar rapidamente sobre o Plano Estadual da Agricultura Familiar, que está na fase praticamente de conclusão.

Vejo aqui vários atores que participaram conosco dos encontros que foram realizados para elaborar esse plano.

Então, a ideia desse plano, o objetivo principal é que esse plano traga diretrizes e ações para nortear a atuação do Governo e também da instituição da sociedade civil que atuam na agricultura familiar do Estado.

Então, é um plano de longo prazo, tem um prazo de 30 anos, iniciaremos a implementação dele de fato em 2018, ele é revisado de forma mais superficial anualmente e uma revisão mais intensa a cada quatro anos, juntamente com o nosso plano plurianual, o nosso PPA.

Esse plano traz diretrizes e ações em cinco eixos estratégicos da agricultura familiar.

Saliento que todo processo de construção da estrutura do plano e do plano em si foi bastante participativo junto com diversos atores de vários segmentos.

O primeiro eixo discute e traz diretrizes e ações para a questão ambiental e fundiária; o segundo eixo traz a produção sustentável; o terceiro eixo trata da comercialização; o quarto eixo da ATER; o quinto eixo a questão da governança e gestão da territorialidade, focando principalmente, como o Paulo bem colocou, o Sistema Estadual da Agricultura Familiar.

Esse plano traz algo inovador em relação aos demais Estados, ele vai mostrar possíveis fontes de financiamento para implementá-lo, não só financiamento público, mas também financiamentos privados, nacionais e internacionais.

A elaboração do plano é realizada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que é a instância legítima para executar esse trabalho.

Criou-se um grupo de trabalho dentro desse Conselho para fazer um trabalho mais operacional, e esse grupo de trabalho tem se reunido constantemente. Faz parte aqui do grupo, inclusive a Fabiana, que está presente, o Banco do Brasil e outras instituições que estão aqui também presentes.

Então, para elaborar esse plano realizamos oito encontros regionais: em Várzea Grande, em Sorriso, em Juína, em Guarantã do Norte, em Querência, em Cáceres, em Rondonópolis e em Tangará da Serra, que foi o último, realizado no dia 27 de abril.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Tivemos contemplado nesses oito encontros 99 Municípios, com 883 participantes. Então, tivemos uma participação social considerada bastante grande.

Distribuimos alguns fôlderes para vocês com algumas informações sobre o Plano. Se alguém não recebeu, deixamos sobre a mesa na entrada para quem tiver interesse de ter maiores informações.

Além desse plano, temos uma empreitada com vários produtos. Além do Plano, temos também outros dois produtos, que é um diagnóstico da agricultura familiar do Estado e uma plataforma digital na qual vamos disponibilizar dados, que seria o banco de dados digital da agricultura familiar mato-grossense.

Esperamos lançarmos esses três produtos: o plano, o diagnóstico e a plataforma, nos dias 30 e 31 de agosto, no encontro que estamos chamando de 1º Encontro Estadual da Agricultura Familiar Mato-grossense.

Eu tenho mais dois minutinhos e, como mencionei, nós elaboramos um diagnóstico da Agricultura Familiar do Estado com base em 2015, com dados secundários, um recorte municipal.

Então, selecionamos aqui nove temas para tratar um diagnóstico. Nós levantamos 24 temas, diversos subtemas, mas, em discussão com uma série de atores, optamos por trabalhar em nove temas por diagnósticos.

Vamos repassar rapidamente um a um, com alguns dados interessantes, que servirão para reflexão nessa audiência pública. Dados, inclusive, preocupantes.

Em relação a ATER, tivemos um dado de que a ATER pública, a EMPAER, atendeu 33.191 famílias, das 104.000 famílias que ela mesma levantou no Estado. Ou seja, um atendimento de 32% do público. Somando as chamadas públicas do MDA, do INCRA e ATER do PRONAF, podemos incrementar esse valor em 10.000 atendimentos e teremos mais 43.000 atendimentos de ATER no Estado de Mato Grosso, no ano de 2015. Vinte e dois Municípios no Estado de Mato Grosso não tiveram atendimento na ATER pública de EMPAER.

Em relação à produção é um dado crítico.

Nós não temos dados de produção familiar no Estado de Mato Grosso, não há essa informação. Nós encontramos algumas informações que a EMPAER levanta, mas para recorte regional, e IBGE não levanta esses dados com o recorte da agricultura familiar. Ele levanta ali tudo junto, no bolo: o pequeno, o médio e o grande, não há distinção. Então, nós estamos neste trabalho pensando em uma estratégia de levantar esses dados de produção da agricultura familiar com recorte específico que o segmento merece.

Em relação à comercialização: PNAE estadual, 2015, gente, nós tivemos um repasse do Governo Federal de cerca de 34 milhões, do PNAE estadual. Nós tínhamos, pela lei de 30%, que adquirir aqueles 10 milhões da agricultura familiar. Adquirimos apenas 4,5 milhões. Nove Municípios do Estado de Mato Grosso atingiram os 30% do saldo de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Vinte e oito Municípios do Estado não compraram da agricultura familiar do Estado.

Para finalizar, Secretário, em relação ao PNAE municipal. Nós tivemos um repasse do Governo Federal de 33 milhões. Tínhamos que adquirir cerca de 10 milhões. Adquirimos 7,4 milhões. Trinta e cinco Municípios do Estado apenas conseguiram atingir os 30% que a lei exige.

Cinquenta e cinco Municípios não acessaram essa política pública de 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Agora para finalizar, em relação à fundiária: INCRA, nós temos hoje 5% das famílias do INCRA com titulação da área. INTERMAT, nós temos hoje apenas 10% do assentamento do INTERMAT com titulação da área.

Questão ambiental, nós fizemos uma referência que a agricultura familiar que desmata 18,5% em relação ao desmatamento total. É um número baixo? É. Mas, é alto quando se trata de derrubada de florestas.

Gente, o meu tempo esgotou. Obrigado.

Estamos à disposição na SEAF. Eu quero frisar que esta parceria da SEAF é muito forte, nós temos pesquisa ambiental da Amazônia, do IPAM, representando hoje pelo Paulo Guilherme, pela colega Juliana, que são consultores. Temos uma parceria muito forte com o ICV - Instituto Centro de Vida e claro com a nossa EMPAER, sempre parceira nas ações da SEAF. Estamos à disposição na SEAF para qualquer dúvida.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Quero convidar, para fazer uso da palavra, Terezinha Rios, Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar, Economia Solidária do Estado de Mato Grosso.

Só informando que após a fala da Terezinha, nós temos mais dois inscritos aqui, três inscritos da plateia, já encerraram as inscrições e mais aqui apenas da mesa, e nós já vamos começando os encaminhamentos finais.

Com a palavra, companheira Terezinha.

A SR^a TEREZA RIOS – Boa tarde, quero cumprimentar a audiência em nome do Deputado Valdir Barranco; quero cumprimentar todas as companheiras mulheres em nome da agrônoma Fabiana, nossa companheira também de luta; e cumprimentar a todos os agricultores e agricultoras, em nome do Miguel, grande lutador do movimento sindical e que continua no sindicato.

Quero também agradecer o convite, Deputado Valdir Barranco, cumprimentar a mesa por meio de sua pessoa. E dizer que nós temos pouco a elogiar, hoje, primeiro porque nós temos dois pontos, um ponto seria a perda do Ministério, MDA, essa perda trouxe prejuízo para agricultura familiar como um todo, não só na assistência técnica.

Quero dizer que, mesmo sem termos assistência técnica para todos os agricultores, estávamos sendo atendidos por meio de editais, de recursos que o Governo Federal disponibilizava e organizações governamentais e não governamentais tinham acesso. Hoje está terminando e executando alguns, mas de fato nós vimos que o orçamento caiu pela metade, os agricultores que estão aqui, presidentes de associações, sindicatos, cooperativas, agricultores, secretários de agricultura sabem muito bem do que nós falamos no Município.

Eu já fui secretária lá em Livramento e sei o quanto é difícil nós trabalharmos no Município e que nós dependemos realmente do recurso do Governo Federal. E um ponto positivo, Deputado Valdir Barranco, é essa Casa aprovar esse recurso do FETHAB, mas quero dizer a vocês que se não tivermos essa junção, esse entrosamento de decidirmos a partir de um projeto estratégico, de nada adianta recursos e mais recursos, não adianta!

Nós precisamos ter uma política da agricultura familiar do Estado de Mato Grosso, norteada a partir da base e é o que nós estamos tentando fazer agora, apoiando o plano, faço parte do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural do Estado. Vamos trazer também aquilo que não conseguimos fazer nesse levantamento e com o conhecimento que temos, a experiência, junto com os outros companheiros que estão lá das organizações, trazer, de fato, um plano que tenha a nossa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

cara, porque não adianta alguém chegar com chip de fruta, não adianta chegar com um mega projeto, se, no mesmo momento, outro chega aqui e diz que nós temos aproximadamente 1 bilhão de reais de alimentos que trazem de fora, sem contar a falta de valorização da agroecologia desse Estado.

Eu quero deixar uma mensagem, Deputado, para que nós não possamos sair desta Audiência e ser mais uma Audiência. Eu não acredito que o senhor, como Deputado, que representa a agricultura familiar aqui... Saiamos daqui com um plano estratégico dentro desse plano, porque tem que ter recurso, não adianta ter o plano para depois outro Governo entrar e fazer outro levantamento, fazer outro plano, isso é muito doído para nós, eu estou falando como agricultura, eu trabalhei até meio dia para poder estar aqui, lá no meu sítio.

E outra coisa que queremos: a valorização das organizações. Quantas associações existem aqui, há vinte anos que estão batalhando para poder... Quando você está norteando, quando você está caminhado, vem algumas invenções, não faz a roda girar e aí tudo volta para estaca zero. É isso que queremos, não queremos inventar a roda, nós queremos a valorização do que fazemos, queremos tecnologia sim, mas não adianta fazer uma comparação quando coloca desmatamento, não adianta colocar também outras questões, o agrotóxico, sabemos muito bem que quem protege o meio ambiente, quem não usa agrotóxico é a agricultura familiar. Por que não somos valorizados? Por que este Estado não nos valoriza?

Então, eu quero deixar aqui que eu apoio o cooperativismo, apoio o associativismo, por mais duro e por mais difícil que seja. Hoje, para vocês verem, o Sul, no Sul, Santa Catarina, as outras regiões, por que foram para frente? Por conta do cooperativismo e o apoio ao cooperativismo, esses atores de assistência técnica precisam dessa valorização, precisam estar nos escritórios, precisam estar toda acompanhada que depende da agricultura familiar, técnicos, agrônomos, todos que defendem essa bandeira precisam apoiar o cooperativismo.

Não pensem vocês que a UNICAF hoje tem expansão no Estado todo, não tem, mas é uma sementinha que estamos conseguindo plantar. No dia 23, estaremos em Brasília no Congresso da UNICAF e com certeza pediremos apoio para esse cooperativismo aqui no Estado. Tá, Deputado?

Eu quero deixar esse meu apelo para podermos fechar, de fato, a partir desta Audiência Pública, não deixar solto, não vamos deixar solto o plano, não vamos deixar sem orçamento. É isso que precisamos deixar claro aqui. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Terezinha.

Já quero convidar mais um representante da plateia, o Sr. Nicolau Priante Filho, Presidente da Arca Multincubadora; depois dele falará, pela mesa, o Sr. Cleomar José da Costa.

O SR. NICOLAU PRIANTE FILHO – Boa tarde a todos e a todas.

A Sr^a Terezinha já adiantou alguns aspectos que eu iria comentar. Mas eu queria dizer o seguinte, pegando a fala de alguns palestrantes: eu sou professor aposentado da UFMT, mas estou também como Diretor Operacional de uma cooperativa de pescadores.

Você falou da necessidade de ter caminhos para que você tenha projetos sustentáveis, que atinjam uma série de avanços. Então, além de ser professor aposentado da Universidade, sou Diretor Operacional de uma cooperativa de pescadores e sou Presidente de uma incubadora de empresas. Isso daí com a incubadora de empresas... Não é todo mundo que sabe o que é. Incubadora de empresa é a figura de uma criança que nasceu prematura e tem que ir para um lugar especial. E o forte da Arca Multincubadora é o apoio às cooperativas e associações ligadas à economia solidária, principalmente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Agora, veja só: o que é ATER? Pela Lei de ATER, você tem que cumprir produção, beneficiamento, comercialização e gestão. Qual entidade, no Estado de Mato Grosso, consegue fazer isso de maneira eficiente? Em minha percepção, não há nenhuma entidade, nem universidade, nem EMPAER, nenhuma.

Agora, como é que podemos fortalecer o cooperativismo e o associativismo? É vermos o que de melhor cada um tem para juntar e fazer as coisas andarem.

Então, as razões porque essas entidades não conseguem fazer isso já foram apresentadas, não têm recurso, não têm pessoal, esquece, mas estamos numa região que não tem tradição, principalmente, na Baixada Cuiabana, não tem tradição em associativismo e cooperativismo.

A Sr^a Tereza Rios é uma guerreira. Vamos pegar o caso da Central de Comercialização de Agricultura Familiar. Durante quantos anos, tentou-se fazer aquilo funcionar? Houve um grande período aqui no Estado que parece que os políticos colocavam uma associação contra a outra, uma cooperativa contra a outra, ninguém confiava em ninguém. Aí depois de muita luta e com a participação... A UNICAF teve um papel fundamental na, vamos dizer assim, união dessas entidades, conseguimos ter cooperativas na Baixada Cuiabana, diferentes cooperativas e associações que se articularam.

E olha só que interessante: conseguimos ganhar a chamada pública de Cuiabá e Várzea Grande por meio de uma cooperativa, que foi a Curimbatá, porque naquele momento a Cooperativa Central não estava com a documentação suficiente para entrar na chamada pública.

Olha só, há uma Cooperativa, a Curimbatá, numa comunidade de pescadores que tem um frigorífico de peixes com SIF. Eu acho que é a única, no Brasil, numa comunidade tradicional, que tem SIF - Serviço de Inspeção Federal. Há uma cooperativa num assentamento em Várzea Grande de laticínio que tem o SISE - Serviço de Inspeção Sanitária Estadual. Há associações que se articularam.

Agora, pessoal, há projetos do Governo do Estado e de outras entidades que já estão em andamento. E vários desses projetos apoiam a agricultura familiar. Eu coordeno um projeto de pesquisa, que apoiado pela FAPEMAT, foi um edital induzido pela CEARF, que é apoiar, resgatar 20 agroindústrias da agricultura familiar. Só que nós temos recursos para uma parte de organização. Identificamos o que tem que fazer, fazemos o *layout*, mas cadê o dinheiro para aquela entidade construir? Olha só, nisso daí nós consolidamos relações de confiança.

Nós temos um projeto do Governo do Estado, da SEMA, que é um projeto de educação ambiental e da agricultura familiar em seis assentamentos aqui no Estado, eles fazem um trabalho muito interessante nas comunidades, nos assentamentos. Você tem outros projetos que são, por exemplo, Furnas apoiou o resgate de uma farinheira, de uma associação de uma panificadora em Chapada. Conseguiu. Uma farinheira que esteve 15 anos sem funcionar e que começou a funcionar, então agora está vendendo farinha de Chapada por meio da Curimbatá na chamada de alimentação escolar de Cuiabá e de Várzea Grande.

Agora, olha só, o que usamos para fazer farinha? Lenha. João Carlo, essa cooperativa de agricultor fica numa área de preservação, uma área no parque nacional. Você pode tirar lenha do parque nacional? Acabou o projeto. Aí elaboramos outro projeto, por meio de outra entidade, para usar o babaçu, porque lá tem um mar de babaçu. Então, a casca do babaçu pode servir de fonte de energia para a farinheira e aí a rede está estabelecida.

Então, para concluir, o que eu quero dizer é o seguinte: nós já temos... A partir de pessoas, conseguimos juntar entidades. Nós temos o apoio do Banco do Brasil em vários projetos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

que surgem ou lá no INDEA etc. Mas, então, houve pessoas das entidades que estabeleceram relação de confiança e começaram a trabalhar de maneira intitulada. Nós precisamos formalizar essas relações.

Se nós mexermos com gestão, beneficiamento e comercialização, nós temos que formalizar uma ação com a EMPAER, porque eles atuam talvez mais na produção e assim sucessivamente. E daí os recursos entram naquelas ações, naqueles projetos que já estão em andamento. Porque não estamos querendo falar de planos etc., porque as pessoas já suaram a camisa, as pessoas já construíram isso. Então, este é o meu depoimento.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra, o Sr. Cleomar José da Costa, Auditor Fiscal Agropecuário, neste ato representando o Superintendente do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sr. José de Assis Guaresqui.

O SR. CLEOMAR JOSÉ DA COSTA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu cumprimento os componentes da mesa em nome do Deputado Valdir Barranco; os participantes deste evento, em especial, os colegas da EMPAER, da SEAF. Quero dizer que o Guaresqui não pôde estar presente, mas agradece o convite do Ministério para participar desta Audiência Pública.

Eu quero falar que o Ministério da Agricultura tem uma atuação mais conhecida na área de fiscalização de insumos, produtos, inspeção de indústrias, de produtos de origem animal, vegetal, na parte de sanidade animal e vegetal, mas quero também falar que o Ministério possui uma área de fomento ao desenvolvimento do setor agropecuário e que na Superintendência nós temos uma divisão de política e desenvolvimento do setor agropecuário. Hoje, estamos presentes, eu e o meu colega Cleiton. E essa divisão trabalha, em diversas áreas, com alguns programas que executamos, algumas ações diretas, mas a nossa principal atuação é no fomento, nas parcerias institucionais com o Estado e com os Municípios.

O Ministério, aqui na Superintendência, passa todo ano, por meio de emenda parlamentar, mais ou menos de 15 a 20 milhões para investimento no setor agropecuário por meio de convênio e contrato de repasse com a Secretaria do Governo do Estado e com os Municípios. Inclusive, alguns resfriadores, que o Secretário Corgésio falou que entregou nos Municípios, são frutos de um convênio com o Ministério da Agricultura e assim outros convênios.

Mas quero, Deputado Valdir Barranco, apresentar uma sugestão, que nós, do nosso setor de Superintendência, por meio da nossa convivência, desses anos com a agricultura, o nosso setor trabalha mais com o pequeno produtor... Nós temos ação na agricultura de baixa emissão de carbono, na parte de certificação com indicação geográfica, com marcas coletivas, na parte de agricultura orgânica, produção integrada, mas o nosso foco mesmo é a parte de relação institucional.

Nós estamos trabalhando uma sugestão para que o Ministério da Agricultura possa ter um programa de repasse direto aos Municípios, em função da população rural que o Município tem. Nós fizemos um levantamento, e o Brasil tem hoje em torno de 30 milhões de habitantes na área rural, se o Ministério repassar um real por habitante/mês, isso vai dar 360 milhões de reais por ano para atender os 5.700 Municípios brasileiros. Não é quase nada em função dos recursos que os Ministérios movimentam para a atuação nessa área, que tem o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, o INCRA e o Ministério da Agricultura.

Isso é uma proposta que nós estamos começando a levar, mas ainda não chegou até o Ministro. Está, por enquanto, na área técnica, nós estamos conversando e seria uma oportunidade,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Deputado, se quiser conhecer a proposta, nós podemos em outra oportunidade mostrar. E Vossa Excelência pode até ajudar a chegar ao Ministro da Agricultura, porque nós temos certeza de que a grande dificuldade que há hoje é em fazer o recurso chegar com agilidade onde tem que chegar.

E esse modelo de convênio de contrato de repasse é um modelo difícil de fazer a coisa acontecer. A CGU já fez um estudo, que cada convênio hoje custa, no mínimo, 140 mil reais. Portanto eles queriam passar que o valor mínimo de fazer um convênio é 100 mil reais e a CGU queria passar para 240 mil. Por quê? Porque a burocracia que tem hoje com a fiscalização, com a elaboração, com parecer, um convênio fica muito caro, além da dificuldade de gestão de um convênio.

Então, diante de todo esse entendimento, nós estamos... Não é uma ideia só nossa, da Superintendência, são dos colegas da SEPLAN, colegas da EMBRAPA, nós temos discutido bastante, estamos querendo que isso chegue ao Ministro para que possamos discutir, é uma ideia para este evento da Audiência Pública.

Muito obrigado pela oportunidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, vou convidar mais um representante da plateia para falar, o Gauchinho da EMPAER, Sr. Gilmar Antônio Bruneto. Cumprimento e agradeço a presença do nosso amigo João Busaf, que também tem uma vida dedicada à agricultura familiar.

O SR. GILMAR ANTÔNIO BRUNETO – Boa tarde, agradecemos o Deputado Valdir Barranco pelo convite, por essa iniciativa. Em nome dele, cumprimento toda a mesa e cumprimento o nosso Prof. Pedro Kaiser; nossos colegas da EMPAER, em nome do Diretor Rogério, cumprimento todos os presentes.

É sabido por todos que a agricultura familiar é um grande negócio, uma grande indústria, porém envelhecida, mal remunerada e ainda executando um serviço penoso. O que acontece com isso? Qual filho e filha quer dar continuidade em um serviço que não dá renda e em um serviço penoso? Não tem. Eu entendo, senhoras e senhores, que para a agricultura familiar sobreviver, ela precisa de renda.

Hoje, no campo, a maioria é agricultores e agricultoras acima de 60 anos, que por incrível que pareça tem como a principal fonte de renda o INSS, que graças a Deus, não será mais tirado, porque o Temer estará fora desse processo, vai estar fora (PALMAS). Enquanto SINTERP, nós defendemos, para que a agricultura familiar possa sobreviver, a união das entidades. Há muita entidade, muito dinheiro disperso, aí os recursos não chegam lá nos agricultores.

Nós, por exemplo, da assistência técnica rural e pesquisa, para atender mais de 100.000 famílias, somos menos de 300 profissionais e para trabalharmos com eficiência e para que a tecnologia chegue lá, é preciso um profissional para 100 famílias. Como que 300 profissionais, nós, estatais, e alguns da iniciativa privada, conseguimos atender com qualidade e quantidade a agricultura familiar?

Então, quero deixar aqui alguns encaminhamentos: primeiro, a união das entidades, Deputado Valdir Barranco, senão não vai. Se não unirem as prefeituras com o Estado, com as universidades, com a EMBRAPA, o dinheiro vai embora e não tem renda para o agricultor; segundo, precisamos, agora, desse recurso do FETHAB, quero agradecer a Assembleia Legislativa, o Governo de Mato Grosso, que foi muito importante. Agora, se não tiveram planejamento, também, vai provar, não tenho dúvida nenhuma, se não tiver uma organização.

Nós, enquanto Sindicato, com a EMPAER e a FETAGRI, Adão, estamos realizando seminários para que a sociedade entenda a importância disso. Não acreditamos numa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

agricultura familiar sustentável de forma individualizada e uma das saídas é o associativismo por meio das associações, de consórcios e de condomínios, mas o principal de todos é as cooperativas.

Deputado Valdir Barranco, onde tem cooperativa o resultado é diferente. Você pegue a COOPERNOVA, vai lá e é uma realidade totalmente diferente; temos uma em Brasnorte começando e temos outras. Então, entendo que o Estado precisa urgentemente... E estamos cobrando da direção da EMPAER – está aqui o Rogério –, cobramos, ontem, do Secretário Suelme, recursos para capacitarmos os profissionais, recursos para capacitarmos os agricultores em cooperativismo.

A coisa mais difícil que há é que temos um contador, hoje, para fazer a contabilidade das cooperativas. Quando chega a esse local a coisa não vai, porque das cooperativas a contabilidade é diferente e poucos profissionais no Estado sabem fazer isso, poucos advogados sabem esse direito das cooperativas.

(O CERIMONIAL INFORMA AO ORADOR QUE ELE DISPÕE DE DOIS MINUTOS.)

O SR. GILMAR ANTÔNIO BRUNETO (GAUCHINHO) – Eu sei que está. Mais dois minutos.

Então, gostaria de conclamar mesmo, Deputado Valdir Barranco.

Obrigado. A Assembleia Legislativa precisa colocar mais recurso nesse setor. Precisa tirar um pouco do SEBRAE, do SENAR, esses “S” que consomem muito e vão para o campo caçar CPF para dar curso e a coisa não funciona, não rende. Então, quero só fazer este entendimento: a agricultura familiar vai sobreviver, se ela tiver renda.

E aí muitos agricultores têm uma pequena propriedade e estão lá com o gado branco, com o gado de corte. Sabe por quê? Porque é a única certeza que ele sabe que vai vender, porque outras atividades ele não sabe se ele vai vender. Ele vai para a agricultura, tem dificuldade de vender; vai para o leite, tem dificuldade de vender. Então, ele vai para uma atividade que não se sustenta, também, porque sabe que se nascer um bezerro, uma bezerra, ele vai vender ou engorda uma vaca ou um boi e ele vai vender. É por isso que eles partem para esse setor do gado branco que, também, não sustenta ninguém.

Eu agradeço esta oportunidade e conclamo a todos para unirmos as forças sem vaidades para que o jovem, o filho e a filha fiquem na propriedade, porque não podemos falar em agricultura familiar se não estiver lá o filho, a filha para dar sucessão. Este é o nosso encaminhamento. E precisamos que a Assembleia Legislativa, também, coloque mais recursos.

Para finalizar, Deputado Valdir Barranco, dizer que a Assembleia Legislativa tem gastado muito, também, com publicidade e o Estado muito mais. Por que não aproveita esse recurso e faz uma campanha quatro, cinco vezes por dia na rádio, na televisão, que o agricultor está ouvindo para que ele entenda que o cooperativismo é uma das saídas para ele se sustentar? Isso nós fazemos com campanha, com educação.

Nós, enquanto Sindicato, estamos sugerindo aos profissionais da EMPAER que entrem nas escolas, que de repente um filho terá uma noção de cooperativismo para que os pais possam entender a importância desse setor.

E, por fim, Deputado Valdir Barranco, dizer que se não fizermos um trabalho sobre a água, num curto espaço de tempo não teremos água para beber, porque estão destruindo tudo. É outra política, também, que a agricultura familiar precisa se dedicar, porque senão você estará no lote e terá que comprar água mineral na cidade para beber, porque não tem água lá. E nós temos condições de fazer isso.

Esses dias houve uma Audiência Pública aqui sobre aquisição de equipamentos. Se não tivermos uma política de construção de pequenas, médias e grandes represas ambientalmente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

corretas... Nós teremos água. Agora, para isso precisamos de patrulhas, não que venham de cima para baixo, mas discutir com os conselhos municipais no Município a necessidade dele para termos água pelo menos para beber.

Que Deus nos abençoe.

Muito obrigado.

O nosso Sindicato está à disposição para que a agricultura familiar de Mato Grosso possa se sustentar e sobreviver. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Gauchinho, muito obrigado pela sua contribuição.

Dizer aqui, pois você não estava logo no início, que tem um projeto tramitando aqui, um Projeto de Lei, de minha autoria, do final do ano passado, sobre a criação do Fundo Estadual de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Então, é mais um projeto objetivando recurso para o fortalecimento.

Não dá para ter agricultura familiar sem recursos. Nós vimos a dificuldade da SEAF. Tivemos a iniciativa de parte dos recursos oriundos do FETHAB ser direcionado para a SEAF, mas, ainda, é pouco!

Falar em 32 milhões para a dimensão do Estado de Mato Grosso e para a potencialidade que nós temos, Nei, para a agricultura familiar é pouco. Então, essas sugestões são muito bem-vindas.

Quero convidar aqui para... Vou convidar o último, Juarez, e depois só tem você da mesa e você fala por último...

Vou convidar o último inscrito da plateia, que é o Josué, do Conselho de Alimentação Escolar, para fazer o uso da palavra.

Quero começar a agradecer.

Agradecer a nossa equipe do Cerimonial pela dedicação; agradecer a nossa equipe da Taquigrafia, também, sempre muito dedicada a escrever a história da Assembleia Legislativa. Tudo o que nós falamos está sendo redigido por elas e vai para os Anais da história da Assembleia Legislativa; agradecer a *TV Assembleia* que está transmitindo para todo Brasil, não só para Mato Grosso, esta Audiência Pública e à *Rádio Assembleia* que está transmitindo para toda América Latina.

Então, quando sairmos desta Audiência Pública e andarmos pelo Estado de Mato Grosso vamos nos deparar – e isso, Juarez, tem acontecido constantemente comigo, em Confresa, Vila Rica, Colniza, Nova Bandeirante em todos os rincões de Mato Grosso –, com agricultores familiares, com moradores que falarão desta Audiência Pública.

Então, não estamos aqui com o tema, Professor, só para quem está presente, mas para todo Mato Grosso, para todo o Brasil, para toda América Latina.

Há pouco tempo o Rodrigo, que está aqui na mesa estava em Goiânia – não é, Rodrigo? – e nós estávamos aqui em uma Audiência Pública e ele mandou para o Nelson Borges e o Nelson me mandou uma foto da televisão, dizendo: “Olha, estou aqui, em Goiânia, mas estou assistindo a Audiência Pública”.

Então, quero agradecer imensamente aos profissionais da *TV assembleia* e da *Rádio Assembleia* também.

Com a palavra, o Sr. Josué.

O SR. JOSUÉ – Quero parabenizar o Deputado Valdir Barranco e agradecer a presença de todos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

O Conselho Estadual de Alimentação Escolar é um órgão fiscalizador do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação. Nós monitoramos o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de Mato Grosso. O FNDE repassa para o Estado de Mato Grosso aproximadamente 33 milhões de reais para a aquisição de gêneros alimentícios para as escolas estaduais. Desse total de 33 milhões de reais, aproximadamente, a legislação determina que, no mínimo, 30% sejam utilizados com a agricultura familiar. Nada impede que seja o máximo! Nada impede que seja o máximo! Infelizmente, não conseguimos, ainda, atingir esse patamar de 30% desse montante, desse mercado de aproximadamente 33 milhões.

Hoje a Secretaria de Estado de Educação faz aquisição desses gêneros alimentícios da agricultura familiar por meio de um processo de chamada pública, que acontece em todos os Municípios do Estado de uma forma simplificada. Muitos agricultores, muitas agricultoras deixam de participar por pensar que o processo licitatório é uma coisa complicada.

O processo de chamada pública facilitou a documentação necessária para que esses agricultores – seja pequenos agricultores, associações ou cooperativas – possam participar desse processo.

Hoje o agricultor precisa procurar a EMPAER, conseguir a DAP - Declaração de Aptidão de Produção, ir ao PRONAF com esse documento, RG e CP ele está apto a participar da chamada pública.

Ficará mais econômico e muito mais viável e fácil para o agricultor se ele estiver associado ou cooperado, porque vai dividir custo de produção e custo de transporte, mas nada impede que ele participe individualmente.

Infelizmente, nós temos casos em Municípios que não conseguimos nenhum agricultor para atender a agricultura familiar para o PNAE. E esse recurso só pode ser utilizado na aquisição de alimentação. Então, se não conseguirmos agricultor familiar, esse recurso volta ao mercado. Um dinheiro que está à disposição, é um mercado certo e seguro, porque todo ano, faça chuva ou faça sol, esse recurso é repassado para o Estado de Mato Grosso e só pode ser utilizado único e exclusivamente para aquisição de alimentação. Não pode pagar tarifa bancária, não pode comprar palito de fósforo, não pode comprar gás, não pode comprar nada, só pode comprar comida. Então, esse mercado existe e está à disposição.

Nós do Conselho Estadual estamos tentando, com as nossas forças, também reunir os atores do Estado para diminuir ainda mais a burocracia para fomentar a agricultura familiar de forma que consigamos pelo menos os 30%. O nosso sonho é chegar aos 90%, mas se chegar aos 30% nós estaremos satisfeitos.

Nós estamos funcionando no prédio do Conselho Estadual de Educação, mas qualquer dúvida que tenham pode procurar qualquer unidade escolar do Estado de Mato Grosso, qualquer escola estadual e perguntar como fazer para participar desse processo; quais os documentos necessários, que a escola estará direcionando vocês à Assessoria Pedagógica ou mesmo à Secretaria de Estado de Educação.

Colocamo-nos à disposição àquilo que pudermos colaborar e dirimir dúvidas.

O FNDE tem uma política também de valorização do corporativismo. As cooperativas têm uma prioridade, porque entendemos que o custo de produção não é barato, mas a logística de transporte é um gargalo, ainda, no Estado de Mato Grosso. E se conseguirem unir forças, como o último palestrante disse, deixando as vaidades de lado, acabar com as intrigas, as picuinhas entre cooperativas e associações, nós teremos uma facilidade maior de pegar esse mercado que hoje está à disposição.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Muito obrigado a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Sr. Juarez Fiel.

O SR. JUAREZ FIEL – Boa tarde a todos e a todos.

Quero fazer aqui, antes de cumprimentar os componentes da mesa, um agradecimento especial a cada um e a cada uma que ainda está aqui desde as 14h.

Vou me atrever a explicitar um voto meu de 2014, os outros vou me abster: eu tive o orgulho e a honra de ter votado em Valdir Barranco para Deputado Estadual.

Queria dizer também – e falo isso num momento de grande tristeza para a nação – parece que a Lava Jato vai contemplar mais uns 1.700 a 1.800 políticos do Brasil, e tomara que isso não pare. Ou nós passamos este País a limpo agora e salvando alguns políticos, porque nem todos estão na mesma vala, para que possamos construir políticas públicas sérias, com pessoas sérias e com instituições com credibilidade.

Eu tive o orgulho e a honra de presidir uma empresa num momento importante – está aqui o Dr. Rogério, Diretor, o Sr. Carlão, enfim, tantas pessoas que aqui estão lá da EMPAER – e isso me deu o privilégio de passar para a história como uma pessoa que não meteu a mão, que respeitou os profissionais. Eu não indiquei nenhum cargo lá dentro enquanto Diretor e nem enquanto Presidente. Trabalhei com as pessoas que tínhamos lá.

Eu não me arrependo de nenhuma das minhas atitudes, Sr. Peninha, grande parceiro, ex-Prefeito e grande colaborador até hoje da agricultura familiar, assim como o Sr. Nelson Borges e tantos outros.

Quero dizer ao Presidente Baltazar, do CEASA, que estamos fazendo tratativa com a sua equipe, com a Sr^a Elke, com a Sr^a Doralice, no sentido de que o CEASA comece a nos ajudar a tocar a central de comercialização, hoje na nossa responsabilidade, no nosso Município, usando, talvez, aquilo lá como uma incubadora, como disse aqui o nosso professor da Universidade Federal.

Então que comecemos a fazer um trabalho e depois aquilo lá possa virar um entreposto do CEASA. Deus permita que isso possa acontecer, Baltazar. Eu sei que você sonha com isso. Tomara que não seja só sonho e um dia você consiga.

Mas há alguns fatos que eu queria socializar aqui, Deputado Valdir Barranco, que é um trabalho que vimos fazendo. Eu assumi agora, em março, uma diretoria, porque só há uma diretoria de agricultura no Município de Cuiabá, e por ter tido uma experiência, relatado aqui pelo Sr. Pedro kaiser, acho que 2000 ou 1999, por aí, nós fizemos um mutirão e ainda havia alguma coisa política. Não é, Gauchinho? Mas conseguimos ir a todos os Municípios.

Nós fizemos isso com o Instituto Federal, que à época era a Escola Técnica de Cáceres e de São Vicente e a Universidade Federal, e conseguimos elaborar 46.000 projetos e aplicamos aqui meio bilhão de reais na agricultura familiar. Estava junto o Cleomar, estava junto o Adão da Silva, estava junto o Gilson e estavam junto tantos outros. Só houve um Município que eu tive dificuldade, que o Prefeito não se envolveu, Paranatinga, um gaúcho doido lá, meu conterrâneo, mas não teve problema, nós fomos lá, fizemos um trabalho e colocamos esses recursos.

Não foram os melhores projetos, mas fixamos lá, Terezinha, mais de meio bilhão colocado lá. Depois, quando pagavam, se pagavam, pagavam apenas 60%.

Então eu quero dizer para vocês que, em função disso, hoje na diretoria da agricultura, eu tive o privilégio de conversar agora com o Reitor Willian, do Instituto Federal, mais os quatro *campi* para iniciarmos um trabalho, trazendo mais de 200 alunos que estão lá disponíveis.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Eu tive o privilégio de o Reitor parar todos os *campi* para dizer o seguinte: “Juarez, você está tirando um oceano entre nós e a sociedade, entre nós e o Poder Público”.

Também tive o privilégio, com o Professor João Carlos e com o nosso Professor Ismael, que você citou aqui, estamos na mesma direção, fazendo um trabalho que começa, Nicolau, desde gestão, sim, porque se uma universidade não souber ensinar gestão, quem sabe?

Então, estamos tendo esse atrevimento até de fazer o desafio para a universidade, para o Instituto Federal, para comprar em Cuiabá.

Temos mais de 2.000 propriedades, não sei se vamos encontrar lá mais de 100, 200 produtores, mas estamos fazendo esse desafio, porque temos hoje 06 milhões e 180 mil reais de uma emenda parlamentar que já está em Mato Grosso, na Secretaria do Secretário Suelme, e está aqui o Secretário Adjunto, a quem eu quero agradecer a participação, e agradecer o INCRA, que também aqui está, enfim, quero dizer que esse recurso, por um entendimento da Bancada Federal, estamos transformando-o num projeto que contempla a agroindústria, contempla recursos para a Universidade e para o Instituto Federal, para que paguemos no mínimo uma bolsa de estudo para esses alunos, capitaneados por seus professores.

Precisamos fazer o que todo mundo está falando aqui, precisamos quebrar algum paradigma. Ouviu, Nelson?

Eu sei da luta de cada um aqui. As pessoas que estão aqui até agora, estão porque acreditam que a agricultura familiar tem chance, senão já teriam ido embora.

Se temos essa possibilidade, temos que pensar aqui, Nicolau, num mecanismo e ele não pode fugir de uma cooperativa, mas essa cooperativa tem que estar avaliada por muitas pessoas. Não pode ser a cooperativa na qual quem manda lá é só o Nicolau, porque estamos pensando em recurso.

Temos uma perfuratriz, que foi doada pelo Ministro Blairo Maggi, de 01 milhão e 800 mil para Cuiabá. O resto nós podemos comprar. Nós temos dinheiro disponível e está aqui em Mato Grosso.

Então, o que eu peço aqui, e eu não quero ser o autor dessa história toda, é que precisamos juntar todos, Baltazar e Gauchinho, sentar numa mesa e construir um projeto que contemple o começo, o meio e o fim. Por esta razão está aqui o CEASA, que vai nos ajudar muito para ajustarmos aquela central de abastecimento. Queremos que aquilo funcione como uma central e seja uma grande oportunidade para os profissionais que estão lá na construção do CEASA.

Então, que possamos nos juntar e fique aqui a nossa esperança e a nossa crença para que possamos salvar alguma coisa dessa construção terrível que está acontecendo hoje no nosso Brasil, que parece que se você não for corrupto não pode ficar na política. Não é verdade. Nós precisamos começar e ter a coragem de fazer os enfrentamentos necessários e permitir que a Operação Lava Jato chegue até o fim, não importa a quem doer, mas tem que ir até o fim e mostrar para a sociedade brasileira que alguma coisa vai sobrar. Tomara que sobremos nós.

Muito obrigado, uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Juarez Fiel, sê fiel sempre.

Passo a palavra ao Paulo Guilherme para suas considerações finais.

O SR. PAULO GUILHERME CABRAL – Primeiro, eu acredito que esta Audiência Pública, Deputado, cumpriu seu papel, atingiu seu objetivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Em função disso, quero parabenizá-lo por esta iniciativa. É muito importante que tenhamos na Assembleia Legislativa, que é o espaço de discussão, de formulação, de avaliação das políticas públicas, esse espaço para a agricultura familiar.

Eu não sei se Vossa Excelência conta com o apoio de um número significativo de outros Parlamentares, se aqui existe uma Frente Parlamentar da agricultura familiar, mas sua iniciativa de chamar esta Audiência Pública é um marco, é muito importante para que se valorize politicamente a categoria da agricultura familiar.

Política pública é construída a partir de uma disputa por recursos públicos de valorização de um conceito junto à sociedade. Então, é preciso que tenhamos atos, momentos, oportunidades como essas, para que possamos, por meio da televisão, do rádio e de todos os meios, valorizar e dar conhecimento do papel da agricultura familiar.

O povo de Mato Grosso precisa saber que 80% dos seus alimentos são comprados de outros Estados – não sei se todo mundo tem essa informação. Ao mesmo tempo, é preciso também que a população saiba que em Mato Grosso há 130.000 famílias na agricultura familiar, que têm terra e têm condições de produzir alimentos em quantidade, com regularidade e com qualidade, mas para isso têm desafios.

Outro ponto importante que identifiquei na Audiência é que existe uma convergência muito grande entre as pessoas que tiveram a oportunidade de falar em relação aos problemas e potenciais que são apresentados.

Eu não percebi muita divergência, muito antagonismo com relação à compreensão do tema. É um tema muito complexo, tem uma gama muito grande, uma variedade muito grande de problemas, dificuldades e desafios e que para isso... Outro ponto muito importante sobre porque eu acho também que esta Audiência Pública atingiu seu objetivo, ela promoveu uma integração de pessoas e de instituições, que é algo fundamental.

Nós não vamos muito adiante se não houver essa integração. É preciso que a discussão aconteça de baixo para cima, que tenhamos a participação dos agricultores organizados formal ou informalmente e é preciso que apoiemos, um ponto fundamental, a organização rural. Sem isso, sem o agricultor organizado no seu sindicato, na sua associação, na sua cooperativa; nós, que estamos nas entidades públicas e privadas, nas universidades, teríamos muitas dificuldades para executar isso. Nem seria legítimo que as organizações façam isso sem a participação efetiva, orientadora por parte dos agricultores e das suas organizações.

Também é importante que tenhamos o rumo, que possamos construir conjuntamente a nossa estratégia.

Para onde nós vamos? Quais são os nossos objetivos? Penso que isso está sendo dado, está sendo construído por meio do PAF, é Plano Estadual da Agricultura Familiar, que dá essa direção, que dá o nosso rumo, é a nossa bússola.

Vamos acreditar, vamos apostar, vamos colocar a ficha naquilo que está sendo colocado e vamos avaliar permanentemente. Dá para ver se o que foi planejado deu o resultado esperado. Se não deu, vamos corrigir o rumo. Mas é preciso que partamos com uma direção e possamos distribuir as ações, que possamos fazer isso de uma forma integrada.

Como o Professor Briante bem falou: “É preciso formalizar isso, estabelecer um acordo, um atendimento em cada local, em cada nível, no Município, na comunidade, no Estado, para que estejamos sempre unidos, integrando essas ações”.

Esta Audiência Pública aqui na Assembleia Legislativa, Deputado, acho que é um marco em relação a isso e Vossa Excelência e sua equipe estão de parabéns por tê-la promovido.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

Que ela possa se repetir, possa ter continuidade, porque também, como foi dito aqui, isso precisa ser permanente. Essa jornada, essa construção é permanente, não tem um fim. É preciso que haja Parlamentares, como Vossa Excelência, dispostos a fazer essa discussão e que ela sempre continue.

E quero também parabenizá-lo por este projeto, por essa iniciativa, o Projeto do Fundo Estadual de recursos para a agricultura familiar, que certamente é fundamental. Nós precisamos alargar a participação da agricultura familiar no orçamento do Estado, assim também nos orçamentos municipais e federal, porque é necessário. A sociedade precisa desse recurso que a agricultura familiar faz, seja na conservação do meio ambiente, seja na segurança alimentar e seja até na preservação da nossa cultura, porque a agricultura familiar também tem esse papel de preservar, de valorizar a cultura do povo e sabemos que lá, na agricultura familiar, isso permanece de forma mais duradoura que em outros ambientes.

Então, agradeço a oportunidade de ter participado, pelo convite. Parabenizo várias pessoas pelas falas, um conteúdo muito importante, muito positivo. E saio daqui mais motivado e com mais bagagem de conhecimento do que quando cheguei. É sinal que, de fato, a Audiência Pública foi muito exitosa.

Muito obrigado. (PALMAS)

O Sr. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Paulo Guilherme. Mais uma vez, quero agradecer-lo por ter vindo a Mato Grosso para dar essa brilhante contribuição neste dia de hoje.

Quero cumprimentar com um abraço o nosso companheiro, ex-Diretor da CONTAG, William, que está nos assistindo lá em Tocantins, já mandou o recado aqui, está nos assistindo ao vivo e que tem um trabalho prestado pela agricultura familiar não só do Tocantins, mas do Brasil como um todo, durante o período, Adão, que ele ficou frente à CONTAG na Secretaria de Políticas Agrárias.

(ALGUÉM FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Ele está na direção ainda? Continua Diretor. Eu achei que ele já tinha cessado a gestão dele.

O Juarez quer dar um recado, que acabou se esquecendo aqui. Então deixemos ele falar, depois nós encerraremos.

O SR. JUAREZ FIEL – Eu acabei me esquecendo, porque agora me ocorreu que o Deputado Valdir Barranco está propondo um fundo estadual para a agricultura familiar. Eu estou tendo o privilégio, eu e o Gilson, que esteve aqui, e estamos ajudando o Senador Cidinho a escrever um fundo do biodiesel, fundo nacional do biodiesel, que está desobrigando aqueles, não sei se eram 20%, 30% que tinham de ter de produção da agricultura familiar, 15%... Isso começou uma situação que poderia dar até Polícia Federal nesse processo, porque foram buscar soja da agricultura familiar no Rio Grande do Sul para poder abastecer as empresas.

Era sabido que não havia 15% de oleaginosa para completar o fundo Lindemberg dessa importância.

Então, nós estamos construindo isso, estamos propondo nesse fundo que seja revertido em torno de 1% para quem acessa a biodiesel, passa repassar 70% para o Estado de origem da produção do biodiesel do Estado de Mato Grosso. Isso está nas mãos do Senador Cidinho, nós já demos uma contribuição, está tendo outras mãos também para contribuir, mas isso faz parte e pode ser o fundo nacional alimentado do fundo estadual, para que efetivamente nós não possamos mais aqui ficar reclamando da falta de recurso.

Era só isso, muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Então, a Terezinha falou inclusive sobre isso na fala dela e o Paulo também falou que nós não podemos parar por aqui. A Audiência Pública... Nós não podemos, depois de todos que vieram aqui hoje, que fizeram as falas, voltarmos desmotivados, Gauchinho, e simplesmente morrer.

Nas nossas Audiências sempre, ao final, tiramos alguns encaminhamentos a partir daquilo que é anotado, lógico que há nas notas taquigráficas, que registram, mas, para o nosso mandato, é importante esse encaminhamento.

Quero passar agora a relatar alguns encaminhamentos que nós tiramos a partir desta Audiência Pública. Por exemplo, lembrem-se da fala que o Paulo colocou, lembrando o Graciano, em relação às questões ambientais, às mudanças climáticas, à produção de alimentos, a uma agricultura inclusiva e sustentável...

Agricultura familiar tem respostas, é uma agricultura que deve ser contra o desmatamento, sem agrotóxico, com produção sustentável para garantir a segurança alimentar do Brasil e do mundo.

Para tanto, tem que se construir diálogo com os que produzem e financiam as entidades, as instituições financeiras, os produtores, tal qual nós tivemos aqui, hoje, na mesa e na plateia.

Apoiar e incentivar associações e cooperativas, foi falado bastante disso aqui, nós temos, lá em nosso mandato, duas pessoas que têm se dedicado a isso, o Zito Portela, levanta a mão aí Zito (O SR. ZITO LEVANTA A MÃO), um apaixonado pela agricultura familiar, já foi Secretário em Várzea Grande, pelo cooperativismo e o sociativismo.

A Terezinha também que tem se dedicado, além do Sr. Salvador, Sr. Nelson, enfim, vários profissionais que têm feito um trabalho. Nós não somos do Executivo, Sr. Peninha, mas eu que já fui Prefeito, queremos contribuir de alguma forma. Eles têm viajado esse Estado para ajudar no fortalecimento, e aí o Sr. Gauchinho foi muito enfático e eu coaduno dessa sua opinião, nós temos que fortalecer o Estado. É mais que urgente que o Estado crie condições para o fortalecimento, para a formação das cooperativas. O Estado tem que ter cooperativas fortes para a agricultura familiar, é a saída.

Então, acho que saímos daqui com isso muito presente, muito forte, apoiar e incentivar as cooperativas e associações, criar oportunidades para financiar pequenos projetos, abrir editais, criar as feiras livres, criar centrais de comercialização em todas as regiões, finalizar o projeto do CEASA que foi dito aqui, organizando a comercialização dos produtos e diminuindo a burocracia. Como a SEAF fará o seminário para consolidação, não sei nem se é uma sugestão ou se é um pedido... Como já foi dito aqui, esse seminário para consolidação do Plano Estadual de Agricultura Familiar Sustentável está sendo discutido e nosso mandato esteve presente em quase todas as regiões, onde eu pude ir, eu fui; onde não pude ir, foi o Sr. Nelson, foi o Sr. Zito, nós estivemos presentes.

Então sugiro, sugerimos a participação democrática de todas as entidades que trabalham com a agricultura familiar e da Assembleia Legislativa. Que a Assembleia Legislativa possa participar desse encerramento, dessa conclusão do plano.

Por fim, continuar na luta pela regularização fundiária, nós temos feito um trabalho incansável no Estado, estamos aqui, Sr. Paulo, nós instalamos aqui na Assembleia Legislativa uma Câmara Setorial Temática que está discutindo a regularização fundiária e os conflitos agrários no Estado de Mato Grosso, urbanos e rurais, e tem tido a participação do Poder Judiciário, do Tribunal

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

de Justiça, da Vara de Direitos Agrários aqui do Estado, das universidades, do INCRA, do Sr. Marco Antônio, da INTERMAT, que queremos...

Hoje fiquei feliz com a participação do Presidente, nós já tivemos várias Audiências Públicas e nunca tivemos a participação do INTERMAT. Então, já é um avanço, um sinal, e queremos que participe mais ativamente. Este mandato tem se dedicado muito a regularização fundiária, Toninho, é muito importante, por isso eu tenho sido parceiro do INCRA nesse sentido também.

Por fim, eu quero dizer que o mandato nosso está de portas abertas e com muita vontade de abraçar todos os movimentos sociais, de abraçar as instituições, de colaborar, de contribuir, não é um mandato apenas para criticar, mas um mandato para apontar soluções, para discutir coletivamente, democraticamente. É preciso ter essa participação popular para construirmos alternativas melhores aqui para o Estado de Mato Grosso. Então, o nosso mandato quer ser parceiro.

Quero concluir agradecendo, mais uma vez, a todos que estiveram nesta mesa, Adão, você sabe o quanto eu valorizo a FETAGRI, o quanto ela é importante para a nossa agricultura familiar; ao Juarez, vamos ficar mais próximos do Estado também; ao INCRA; à CEAF; a todos vocês que se fizeram presentes.

Se formos ver tivemos a participação de muitos Municípios, foi uma Audiência Pública com bastante participação, com lideranças. O mandato quer estar irmanado nessa luta para que possamos fortalecer a agricultura familiar.

O agronegócio é importante, não temos nada contra o agronegócio, ele é importante para o equilíbrio da balança comercial, para a produção do Estado e do País, mas nada substitui a agricultura familiar. O agronegócio por si só se organiza, basta ver a situação do geo, Toninho, o georreferenciamento, as grandes propriedades, a partir da Lei nº 10.267/2001, que obrigou o georreferenciamento, organizaram-se, contrataram, fizeram, resolveram.

Agora, Nei e Reginaldo, que é do sindicato de Campo Verde, que tem lutado pelo georreferenciamento dos assentamentos de Campo Verde. Os assentamentos, as pequenas propriedades não conseguem por si só resolverem, precisam do apoio do Estado – Estado, que eu digo, é a União, o Estado e o Município –, precisam ser abraçadas. Nada substitui a agricultura familiar, ela é fundamental. Mato Grosso tem aproximadamente 130.000 famílias da agricultura familiar que por si só estão se organizando.

Mas se elas tiverem apoio do Estado, apoio da União, apoio do Município e apoio também na organização enquanto associações, na formação das lideranças, na organização das cooperativas, ninguém segura a agricultura familiar. Aqui já foi dito, nós temos solo, nós temos água e nós temos sol, porque a agricultura familiar precisa de sol para fazer fotossíntese, sem fotossíntese não há produção, nós que somos da biologia, então, sol nós temos bastante aqui, temos solo bom e temos água e temos gente com vontade e com coragem para trabalhar.

E aí finalizo mandando um abraço a todos os agricultores familiares do Estado de Mato Grosso, que no dia a dia, no sol a sol, sem preguiça – porque na roça quem tem preguiça não fica –, com muita disposição, com muita coragem tem lutado e tem nos dado orgulho com a agricultura familiar. E é a eles que nós queremos dedicar este mandato.

E dizer também que os agricultores têm que se organizar politicamente também, porque quando chega o momento das eleições aparece candidato de todos os lados se dizendo apaixonados pela agricultura familiar, mas quando passam as eleições nunca mais voltam lá, não recebem, não fazem uma política voltada para o fortalecimento e para a agricultura familiar. Então, é preciso essa organização do ponto de vista também da formação política. E nisso, as instituições, as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, ÀS 14H.

representações, as associações, os sindicatos são fundamentais. Por isso que nós também temos que fortalecer essas instituições.

No mais, meu muito obrigado a todos, que Deus possa abençoar o retorno de cada um e de cada uma, e que nós possamos ter ainda muitos dias de mandato, que trate com respeito merecido a cada agricultor e cada agricultora familiar.

E vamos dar continuidade àquilo que fizemos aqui, o nosso mandato estará incumbido, por meio da nossa assessoria, de fazer essa inter-relação com as instituições que estiveram aqui presentes para que possamos avançar.

Um grande abraço, muito obrigado a cada um e a cada uma. (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.